

Relatório Anual de Informações



RAI — 2023



DIRETORIA EXECUTIVA

Ingryd Cunha Lemos - Presidente
Maurício Medeiros Assis Pereira - Diretor de Seguridade
Nelsiene Santos Sena - Diretora Administrativa Financeira

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira - Presidente
Adriana Alcantara Villas Boas
Eduardo Rangel Gomes Silva Souza
Mineia Rubia dos Reis Xavier
Odeval Fonseca Araújo
Roberto Mario Leony Ribeiro

SUPLENTES

Geiza Moreira Silva Duarte Batista
Igor Cardins Araujo de Oliveira
Jeferson Carneiro de Souza
Nilson Santos Reis
Paulo Jose Caires Dos Santos
Tania Maria Oliveira Ledo

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Ana Paula Silva Araujo- Presidente
Hilda Maria Ribeiro Chagas
Paulo Sérgio Sampaio de Oliveira

SUPLENTES

Bruno Matos Oliveira
Gabriele Tavares Damasceno Leal
Marcela Rubia da Silva Lima

Índice

04	Mensagem aos participantes
05	Panorama geral dos participantes em 2023
05	Receitas
06	Despesas
07	Distribuição dos Investimentos
08	Demonstrativo de Investimentos
09	Rentabilidade
10	Custos com Administração de Recursos
11	Política de Investimentos
12	Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Básico
20	Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Misto
29	Balanco Patrimonial Consolidado
30	Demonstração do Ativo Líquido
30	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
31	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
32	Demonstração das Provisões Técnicas
33	Demonstração do PGA
33	Demonstração das Despesas Administrativas
34	Notas Explicativas
48	Relatório dos Auditores Independentes
50	Parecer do Conselho Fiscal
50	Manifesta�o do Conselho Deliberativo

Mensagem aos participantes

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório Anual de Informações de 2023. Muito mais do que uma exigência legal, o RAI é uma importante ferramenta de transparência e prestação de contas, em que os nossos participantes podem acompanhar os números da Entidade.

Na economia mundial, o ano de 2023 foi marcado pela retomada do controle da inflação pelos principais bancos centrais, trazendo taxas de juros para níveis menos restritivos, o que também foi consolidado no quadro doméstico.

Nos EUA, a inflação encerrou o ano em 3,4%, evidenciando o processo de desinflação (7,0% em 2021 e 6,5% em 2022), apesar de ainda não apresentar um retorno integral para a meta.

No Brasil, o IPCA encerrou o ano em 4,6% em linha com as expectativas e com queda em comparação aos últimos dois anos (10,1% em 2021 e 5,8% em 2022).

No segmento de Previdência Complementar Fechada, o ano encerrou com o melhor resultado nos últimos 10 anos, apresentando superávit líquido de R\$ 14 bilhões. Os ativos das Entidades equivaleram a 11,7% do PIB (R\$ 1,27 trilhão no mês).

Apesar do cenário desafiador, a BASES obteve avanços em 2023, como o superávit de R\$ 11 milhões alcançado no exercício nos dois Planos de benefícios administrados pela Entidade.

Com relação aos planos de benefícios da BASES, o Plano Básico alcançou em 2023 a rentabilidade de 9,10%, contra uma meta atuarial de 8,64%, ficando o plano 0,42% acima da meta. No Plano Misto, a rentabilidade foi de 10,02%, contra uma meta atuarial de 7,95%, ficando o plano 1,92% acima da meta.

A distribuição consolidada e o valor total da carteira de ativos dos planos de benefícios alcançaram R\$979.879.554,19, sendo R\$625.265.019,92 no Plano Básico e R\$355.716.838,26 no Plano Misto.

Agradecemos a confiança depositada nesses quase 38 anos de dedicação em operar planos de benefícios previdenciário visando promover o bem-estar social dos nossos participantes. Continuaremos dedicados a manter a BASES com total transparência, adotando às melhores práticas de governança e trabalhando com ética e seriedade.

Temos muito orgulho de fazer parte dessa história.

DIRETORIA EXECUTIVA

Ingryd Cunha Lemos

PRESIDENTE

Maurício Medeiros Assis Pereira

DIRETOR DE SEGURIDADE

Nelsiene Santos Sena

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Panorama geral dos participantes em 2023

A BASES encerrou o exercício de 2023 com um total de 1.755 participantes, distribuídos entre os seus planos de benefícios. Desse total, 1.559 são assistidos (pessoas que estão recebendo benefícios), 190 ativos e 6 autopatrocinados (participante que perde o vínculo empregatício com a empresa patrocinadora e opta em permanecer na Bases, contribuindo mensalmente, com os mesmos valores de quando estava ativo, ou seja, com os valores de suas contribuições e os do patrocinador). A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

PARTICIPANTES SITUAÇÃO	QUANTIDADE 2023		
	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	TOTAL
ATIVOS	31	159	190
AUTOPATROCINADOS	0	6	6
ASSISTIDOS	1.149	410	1.559
TEMPO DE SERVIÇO	562	155	717
INVALIDEZ	301	183	484
PRÉ-INVALIDEZ	0	8	8
IDADE	6	33	39
PENSÃO	280	31	311
TOTAL	1.180	575	1755

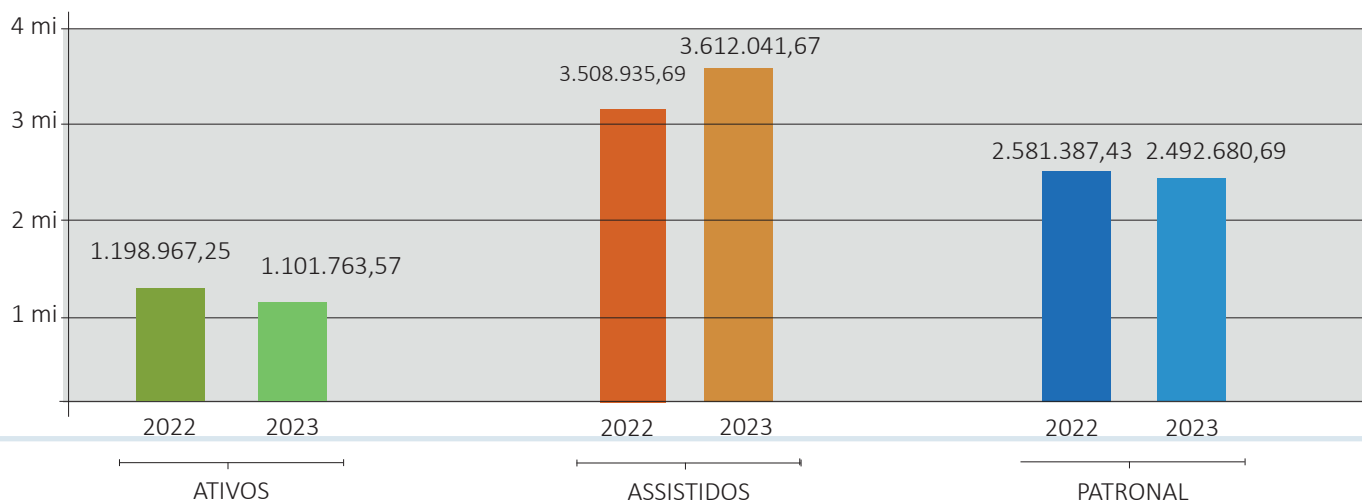
Receitas

As receitas dos Planos de Benefícios são representadas pelas contribuições dos patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. Em 2023, as receitas, somados os dois Planos de Benefícios, alcançaram o valor de R\$ 7.206.485,93.

RECEITAS CONTRIBUIÇÕES	BALANCETES 2023		
	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	TOTAL
ATIVOS	139.704,12	962.059,45	1.101.763,57
ASSISTIDOS	3.612.041,67	0,00	3.612.041,67
PATRONAL	1.833.986,31	658.694,38	2.492.680,69
TOTAL	5.585.732,11	1.620.753,83	7.206.485,93

Contribuições 2023 - Valores Consolidados

(R\$ milhões)

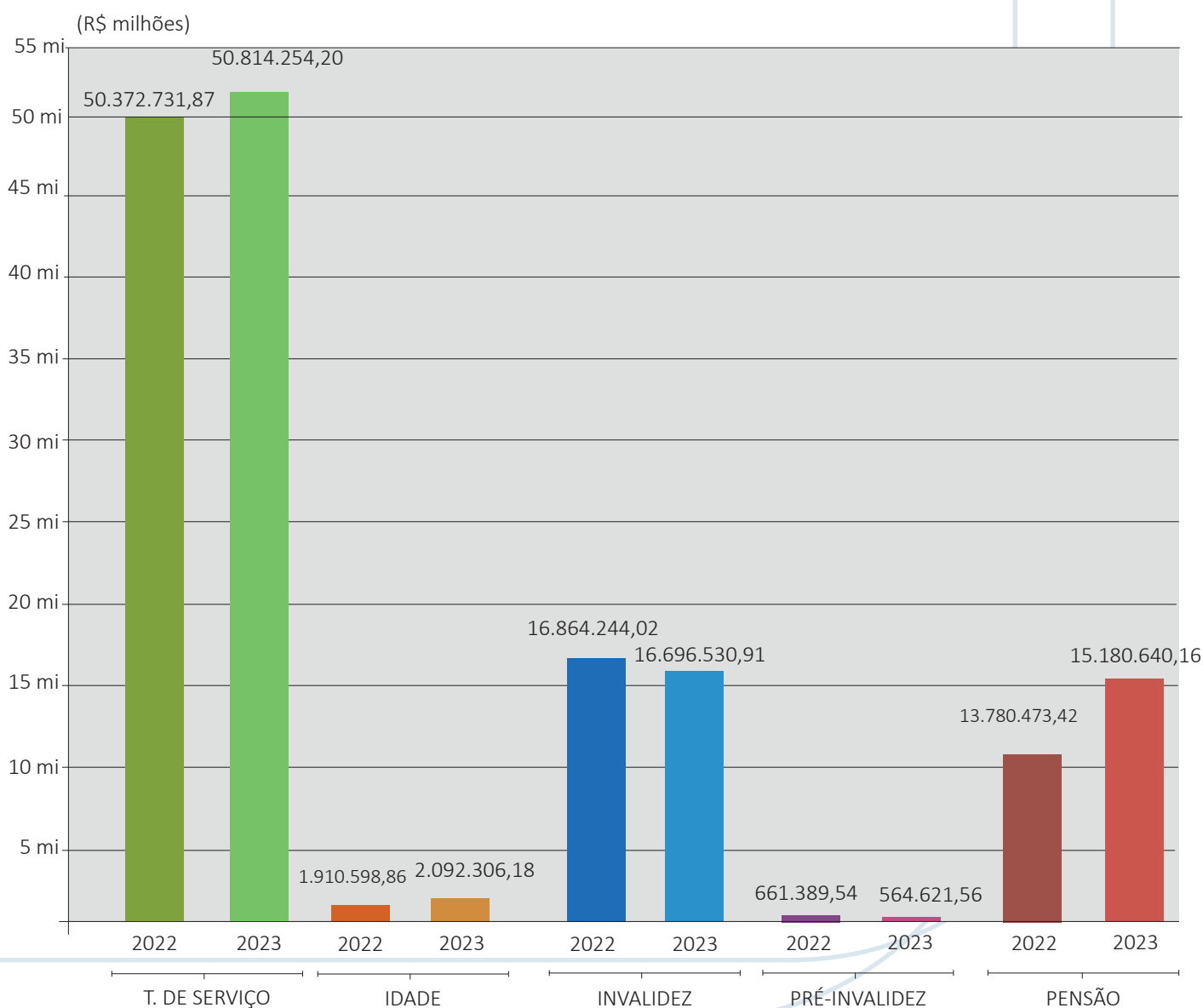


Despesa

As despesas previdenciais com as folhas de benefícios no ano de 2023 foram de R\$ 85.348.353,01. A folha do Plano Básicovtotalizou R\$66.664.018,53 e a folha do Plano Misto, R\$ 18.684.334,48. A seguir apresentamos quadro demonstrativo dos benefícios.

DESPESAS	BALANCETES 2023		
BENEFÍCIOS	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	TOTAL
TEMPO DE SERVIÇO	42.839.374,45	7.974.879,75	50.814.254,20
INVALIDEZ	9.805.823,11	6.890.707,80	16.696.530,91
PRÉ-INVALIDEZ	0,00	564.621,56	564.621,56
IDADE	274.757,99	1.817.548,19	2.092.306,18
PENSÃO	13.744.062,98	1.436.577,18	15.180.640,16
TOTAL	66.664.018,53	18.684.334,48	85.348.353,01

Folha 2023 - Valores Consolidados por tipo benefício



Distribuição de Investimentos

ANOS	2022		2023	
PLANO BÁSICO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	581.165.152,18	91,44%	571.479.362,18	91,41%
EMPRÉSTIMO	7.980.435,17	1,26%	8.426.979,78	1,35%
IMÓVEIS	46.390.000,00	7,30%	45.275.000,00	7,24%
TOTAL PB	635.535.587,35	100,00%	625.181.341,96	100,00%
PLANO MISTO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	329.874.339,36	96,88%	344.542.009,49	96,86%
EMPRÉSTIMO	10.618.856,76	3,12%	11.174.828,77	3,14%
TOTAL PM	340.493.196,12	100,00%	355.716.838,26	100,00%
CONSOLIDADO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	911.039.491,5	93,34%	916.021.371,67	93,39%
EMPRÉSTIMO	18.599.291,93	1,91%	19.601.808,55	2,00%
IMÓVEIS	46.390.000,00	4,75%	45.275.000,00	4,62%
TOTAL GERAL	976.028.783,47	100,00%	980.898.180,22	100,00%

Demonstrativo de Investimentos - Plano Básico

ANOS	2022	2023
PLANO BÁSICO		
Demonstrativo de Investimentos- Carteira Própria- Total	62.645.657,70	62.564.814,77
Caixa	-	-
Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Opções	-	-
Contratos a Termo	-	-
Contratos de Futuros	-	-
Contratos de Swap	-	-
Operações com Participantes	-	-
Imóveis	5.236.876,97	5.757.752,37
Aluguel de Ativos	46.390.000,00	44.870.000,00
Valores a Pagar(-) / Receber(+)	11.018.780,00	11.937.062,40
Outros	-	-
Demonstrativo de Investimentos- Fundos (1º Nível)	581.165.154,25	571.479.362,76
BRDESCO FI MM FEB BD	581.165.154,25	571.479.362,76
Total Demonstrativo de Investimentos	643.810.811,95	634.044.177,53

Demonstrativo de Investimentos - Plano Misto

ANOS	2022	2023
PLANO MISTO		
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria- Total	4.457.426,45	4.968.479,12
Caixa	-	41,31
Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Opções	-	-
Contratos a Termo	-	-
Contratos de Futuros	-	-
Contratos de Swap	-	-
Operações com Participantes	-	-
Imóveis	4.467.159,93	5.007.395,95
Aluguel de Ativos	-	-
Valores a Pagar(-) / Receber(+)	-9.733,48	-38.958,14
Outros	-	-
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível)	329.874.288,46	344.541.953,17
BRADESCO FI MM FEB II CD	329.874.288,46	344.541.953,17
Total Demonstrativo de Investimentos	334.331.714,91	349.510.432,29

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

ANOS	2022	2023
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria- Total	659,05	503,89
Caixa	659,05	503,89
Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Opções	-	-
Contratos a Termo	-	-
Contratos de Futuros	-	-
Contratos de Swap	-	-
Operações com Participantes	-	-
Imóveis	-	-
Aluguel de Ativos	-	-
Valores a Pagar(-) / Receber(+)	-	-
Outros	-	-
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível)	11.736.259,81	9.754.073,98
BRADESCO F.I. REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	8.463.264,64	6.035.113,23
BRADESCO FI REFERENCIADO DI PREMIUM	3.272.995,17	3.718.960,75
Total Demonstrativo de Investimentos	11.736.918,86	9.754.577,87

Rentabilidade Acumulada dos Planos

	RENTABILIDADE ACUMULADA	
ANO	PLANO BÁSICO	META ATUARIAL
2022	9,91%	10,45%
2023	9,10%	8,64%

	RENTABILIDADE ACUMULADA	
ANO	PLANO MISTO	META ATUARIAL
2022	10,45%	9,51%
2023	10,02%	7,95%

	RENTABILIDADE ACUMULADA	
ANO	PGA	META ATUARIAL
2022	12,31%	12,37%
2023	13,07%	13,05%

Rentabilidade por Plano e por Segmento de Aplicação

PLANO BÁSICO	2022	2023
RENDA FIXA	10,05%	9,39%
EMPRÉSTIMO	12,55%	12,55%
IMÓVEIS	7,54%	4,87%
PLANO (INVESTIMENTOS)	9,92%	9,10%

PLANO MISTO	2022	2023
RENDA FIXA	10,36%	9,92%
EMPRÉSTIMO	12,55%	12,55%
PLANO (INVESTIMENTOS)	10,43%	10,02%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	2022	2023
RENDA FIXA	12,29%	13,07%
PGA (INVESTIMENTOS)	12,29%	13,07%

Custos com Administração de Recursos

Plano Básico

PLANO BÁSICO	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL	
TX ADM.	188.309,02	59,16%	188.207,94	71,99%	376.516,96	64,95%
PERFORMANCE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TX ANBIMA	2.751,00	0,86%	2.751,00	1,05%	5.502,00	0,95%
TX CETIP	46.819,79	14,71%	47.266,47	18,08%	94.086,26	16,23%
TX SELIC	8.830,04	2,77%	8.699,59	3,33%	17.529,63	3,02%
AUDITORIA	6.179,00	1,94%	0,00	0,00%	6.179,00	1,07%
CUSTÓDIA	14.485,31	4,55%	14.477,53	5,54%	28.962,84	5,00%
CVM	40.477,29	12,72%	0,00	0,00%	40.477,29	6,98%
OUTROS	10.465,96	3,29%	16,28	0,01%	10.482,24	1,81%
TOTAL	318.317,41	100,00%	261.418,81	100,00%	579.736,22	100,00%

Plano Misto

PLANO MISTO	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL	
TX ADM.	107.366,12	56,73%	110.847,68	69,69%	218.213,80	62,65%
PERFORMANCE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TX ANBIMA	2.751,00	1,45%	2.751,00	1,73%	5.502,00	1,58%
TX CETIP	24.998,21	13,21%	25.265,15	15,88%	50.263,36	14,43%
TX SELIC	5.397,35	2,85%	5.479,82	3,45%	10.877,17	3,12%
AUDITORIA	-	0,00%	6.179,00	3,88%	6.179,00	1,77%
CUSTÓDIA	8.258,92	4,36%	8.526,81	5,36%	16.785,73	4,82%
CVM	40.477,29	21,39%	0,00	0,00%	40.477,29	11,62%
OUTROS	14,08	0,01%	16,28	0,01%	30,36	0,01%
TOTAL	189.262,97	100,00%	159.065,74	100,00%	348.328,71	100,00%

Valores Consolidados

PLANO MISTO	TOTAL	
TX ADM.	594.730,76	64,08%
PERFORMANCE	0,00	0,00%
TX ANBIMA	11.004,00	1,19%
TX CETIP	144.349,62	15,55%
TX SELIC	28.406,80	3,06%
AUDITORIA	12.358,00	1,33%
CUSTÓDIA	45.748,57	4,93%
CVM	80.954,58	8,72%
OUTROS	10.512,60	1,13%
TOTAL	928.064,93	100,00%

Aderência à Política de Investimentos de 2023

SEGMENTOS	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023				ENQUADRAMENTO BASES 2023		
	RESOL. 4.994	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	91,41%	96,86%	100%
Renda Variável	70%	10%	10%		0,00%	0,00%	
Invest. Estruturados	20%	5%	10%		0,00%	0,00%	
Imóveis	20%	8%	5%		7,24%	0,00%	
Empréstimo a Participantes	15%	10%	10%		1,35%	3,14%	
Invest. no Exterior	10%	10%	5%		0,00%	0,00%	
Total					100,00%	100,00%	100,00%

Quadro Resumo da Política de Investimentos para o ano de 2024

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS
01/2023 a 12/2023	INPC	Plano de Benefício Definido- Básico CNPB: 19.860.002-65	4,76%
01/2023 a 12/2024	INPC	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	4,09%
01/2023 a 12/2025	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa- PGA	0,00%

DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Aprovação na Ata da 367ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 25/11/2022

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO
01/2023 a 12/2023	Plano	Nelsiene Santos Sena	Diretora Adm. Financeira

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não	Realiza Estudos de ALM: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	

ALOCÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2023 a 12/2023

PLANO BÁSICO

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.994	ALOCÇÃO MÍNIMA %	ALOCÇÃO MÁXIMA %	ALOCÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
RENDA FIXA	100%	0,00%	100%	95%	INPC + 4,76% a.a
RENDA VARIÁVEL	70%	0,00%	10%	0%	IBX + 3,00% a.a
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%	0,00%	5%	1%	INPC + 4,76% a.a
IMÓVEIS	20%	0,00%	8%	0%	INPC + 4,76% a.a
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15%	0,00%	10%	4%	INPC + 4,76% a.a
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	0,00%	10%	0%	INPC + 4,76% a.a

PLANO MISTO

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.994	ALOCÇÃO MÍNIMO %	ALOCÇÃO MÁXIMO %	ALOCÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
RENDA FIXA	100%	0,00%	100%	94%	INPC + 4,09% a.a
RENDA VARIÁVEL	70%	0,00%	10%	0%	IBX + 3,00% a.a
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%	0,00%	10%	1%	INPC + 4,09% a.a
IMÓVEIS	20%	0,00%	5%	0%	INPC + 4,09% a.a
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15%	0,00%	10%	4%	INPC + 4,09% a.a
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	0,00%	5%	1%	INPC + 4,09% a.a

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.994	ALOCÇÃO MÍNIMO %	ALOCÇÃO ALVO%	ALOCÇÃO MÁXIMO %	META DE RENTABILIDADE
RENDA FIXA	100	0	100	100	CDI

Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Básico

1. Introdução

Este Relatório de Avaliação Atuarial tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2023 do Plano Básico (CNPB: 1986.0002-65), realizada na posição de 31/12/2023, utilizando a base de dados cadastrais de 31/10/2023, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas, de seus Fundos Previdenciais e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio do Plano, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus administradores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas no Regulamento do Plano em vigor.

Observações: Base de dados cadastrais de outubro de 2023, com provisão de reajuste utilizando o INPC do IBGE, para posicionar os valores monetários a preços de dezembro de 2023, no que se refere a realização da Avaliação Atuarial.

2. Legislação Aplicável

A seguir destacamos os principais normativos aplicáveis ao segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC do Brasil, observados para elaboração desta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício:

- Lei nº 109/2001 de 29/05/2001

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

- Resolução CNPC nº 30/2018 de 10/10/2018

Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.

- Resolução Previc nº 23/2023 de 14/08/2023

Estabelece procedimentos para aplicação das normas relativas às atividades desenvolvidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, bem como normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Monetário Nacional.

3. Informações Gerais sobre o Plano

O Plano Básico é um Plano do tipo Benefício Definido, fechado à adesão de novos participantes desde 01/07/1998, CNPJ 48.306.704/0001-13, administrado pela FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL - BASES e Patrocinado pela ÁGORA CORRETORA DE SEGUROS S.A (CNPJ: 14.560.304/0001-18), pelo KIRTON BANK S.A. – BANCO MÚLTIPLO (CNPJ: 01.701.201.0001-89) e pela própria BASES (CNPJ: 14.855.753/0001-93).

4. Hipóteses Atuariais e Métodos de Financiamento

4.1. Hipóteses Atuariais

A análise das hipóteses atuariais foi realizada considerando que a avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do Plano de Benefícios, da sua massa de Participantes, Assistidos e Beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação, bem como à atividade desenvolvida pelo Patrocinador, sabendo que as hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios e que o Atuário deve certificar-se de que as hipóteses selecionadas são adequadas. Para o encerramento do exercício de 2023 a análise das hipóteses atuariais considerou o estabelecido na legislação vigente, que define orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização ou na manutenção dos estudos técnicos já existentes. O conjunto das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas, conforme indicado pela Carta BASES – 12 / 2024, foram as seguintes:

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	4,76% ao ano
Crescimento Real de Salário	0% ao ano
Crescimento Real do SRB	3,00% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	qx da AT2000 (segregada por sexo) desagradada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	qxi = qx da da AT-83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula
Composição Familiar- Benefícios a Conceder	Família Média (Hx12) 2021
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Aposentadorias	Família Média (Hx12) 2021
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Pensões	Família Efetiva
Entrada em Aposentadoria	Ao preencher as carências regulamentares

Do encerramento do exercício de 2022 para o encerramento do exercício de 2023, não foram alteradas hipóteses atuariais, conforme decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, conforme indicado pela Carta BASES – 12 / 2024.

4.2. Método de Financiamento

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

5. Perfil da Massa de Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios

Os valores apresentados a seguir são nominais e se referem a base cadastral de 31/10/2023.

5.1. Participantes Não Assistidos

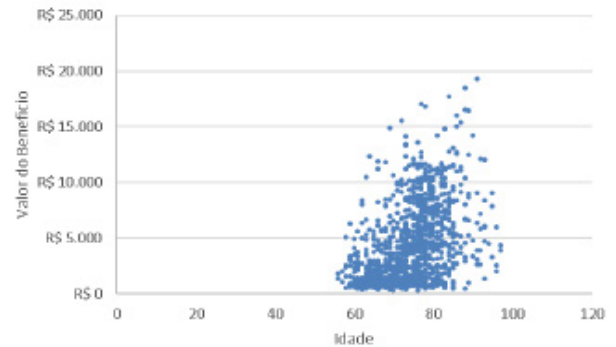
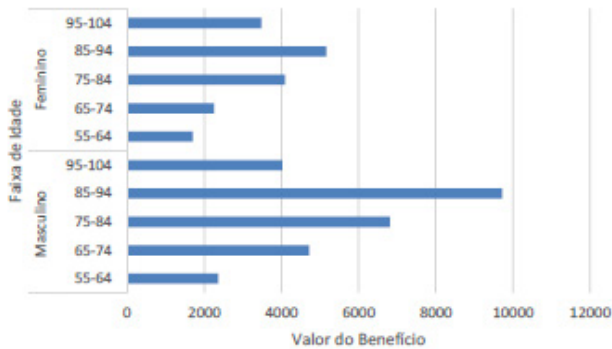
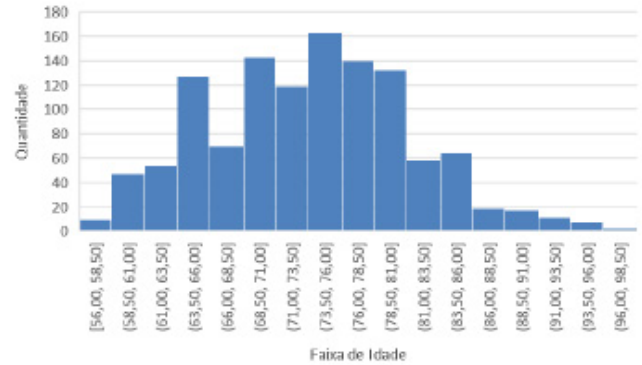
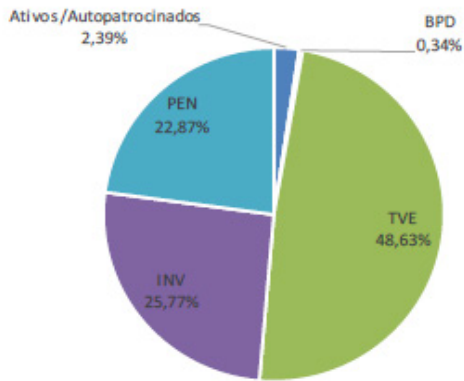
Referência	Ativos/Autopatrocinados	BPD
Quantidade Total	28	4
Idade Média (anos)	67,96	68,50
Tempo de Serviço Médio (anos)	45,96	41,00
Tempo Médio de Contribuição (anos)	37,00	-
Salário Real de Benefício Médio Mensal (R\$)	8.776,83	-
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	3.194.765,86	-

5.2. Participantes Assistidos

Referência	TVE	Invalidez	Pensão *
Quantidade	570	302	268
Idade Média (anos)	75,71	69,04	78,01
Benefício Médio Mensal (R\$)	5.781,13	2.462,99	3.918,53
Folha Anual do Benefício Médio Mensal (R\$)	42.838.159,65	9.669.687,17	13.652.144,48

* Para Pensões por Morte, nesta tabela, foram utilizadas as idades de todos os dependentes cadastrados em cada família e os valores de benefícios integralizados por família.

5.3. Análise gráfica dos Participantes Não Assistidos e Assistidos



Para Pensões por Morte, nos gráficos apresentados, foram utilizadas as idades e sexos indicados dos cônjuges no cadastro de dependentes.

6. Qualidade da base cadastral e dados contábeis utilizados

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta Avaliação Atuarial, o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de Pecúlio por Morte, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fundação BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da Avaliação Atuarial do exercício de 2023.

7. Duração do Passivo

A duração do passivo foi calculada em 8,1312 anos através do sistema Venturo da Previc, utilizando o fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias na posição de 31/12/2023, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

8. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura efetivamente constituído pelo Plano Básico é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas (Passivo do Plano) e determinará se o Plano de Benefícios Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros, conforme disposto na legislação em vigor, podem estar segmentados em Renda Fixa, Renda Variável Estruturado, Imobiliário, Operações com Participantes e Exterior. O Patrimônio de Cobertura informado pela Fundação BASES para o Plano Básico na posição de 31/12/2023 foi de R\$ 636.277.076,88.

9. Resultados apurados

9.1. Resultados a Valor Presente

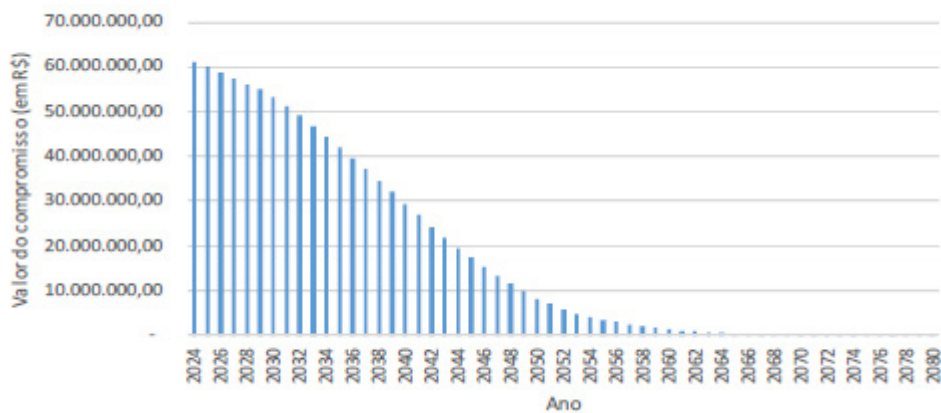
A situação financeiro-atuarial do Plano Básico, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano a novas adesões de participantes, em 01/07/1998, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 20.564.966,59, equivalente a 3,23% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente na posição de 31/12/2023, conforme a seguir:

CÓDIGO	TÍTULO	VALORES - (R\$)
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (*)	636.277.076,88
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMATICAS	656.842.043,47
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	639.475.965,61
2.3.1.1.01.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização	639.475.965,61
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados- Assistidos	488.459.654,51
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados- Assistidos	151.016.311,10
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	17.366.077,86
2.3.1.1.02.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	13.992.810,94
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	14.126.442,28
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-97.728,11
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-35.903,23
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	3.373.266,92
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.405.481,62
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-23.559,46
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-8.655,24
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVITE TÉCNICO ACUMULADO	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-20.564.966,59

* Os valores contábeis encaminhados para processamento da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2023 não sofreram análise pela Jessé Montello e a responsabilidade por sua veracidade é integralmente da Entidade.

9.2. Resultados a Valor Futuro

Foram projetados através de valores de fluxos probabilísticos de receitas e despesas previdenciárias o compromisso a valor futuro para fins de apuração da duração do passivo e ajuste de precificação. O compromisso a valor futuro apresentou o seguinte comportamento:



A previsão para quitação do último compromisso previdenciário do Plano é no ano 2080.

10. Variação das Provisões Matemáticas

A composição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2022 para o final do ano 2023, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2022	31/12/2023	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	653.579.667,47	639.475.965,61	-2,16%
Provisão de Benefícios a Conceder	15.556.494,69	17.366.077,86	11,63%
Provisão Matemática a Constituir- Serviço	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	669.136.162,16	656.842.043,47	-1,84%

(valores em R\$)

As Provisões Matemáticas avaliadas em 31/12/2023, utilizando as hipóteses atuariais indicadas no item 4.1. deste Relatório de Avaliação Atuarial, com a base cadastral de 31/10/2023 (cujos valores monetários foram projetados no valor pico com previsão de reajuste para a data da Avaliação Atuarial), variaram em comparação com os valores avaliados em 31/12/2022, em parte pela evolução cadastral e atualização dos valores monetários atrelados pela inflação do INPC do IBGE, fazendo com que as provisões matemáticas se reduzissem em aproximadamente 1,84% em relação aos valores contabilizados no encerramento de 2022.

11. Natureza do Resultado

O Plano apresentou um resultado deficitário no encerramento do exercício de 2023 no valor de R\$ (20.564.966,59) e a natureza do resultado pode ser considerada em parte como conjuntural, em decorrência de perdas financeiras ao longo dos exercícios passados e em parte estrutural, considerando a alteração de premissas atuariais adotadas com base em estudos técnicos de aderência realizados ao longo dos exercícios passados. Por meio do programa Venturo disponibilizado pela PREVIC, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, de forma a se apurar o equilíbrio técnico ajustado. Em 31/12/2023 o ajuste de precificação corresponde a R\$ (5.082.309,50). Levando-se em conta esse ajuste de precificação, o equilíbrio técnico ajustado foi calculado em R\$ (25.647.276,09), nos termos estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30/2018, conforme a seguir:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	Valor
a) Resultado Realizado	(20.564.966,59)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	(20.564.966,59)
b) Ajuste de Precificação	(5.082.309,50)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(25.647.276,09)

Este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (25.647.276,09) equivale a 3,9046% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 656.842.043,47 na posição de 31/12/2023 e como a Duração do Passivo do Plano foi calculada em 8,1312 anos, o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao limite de resultado deficitário que pode ser mantido no Plano, calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de } 8,1312 \text{ anos} - 4)$ das provisões matemáticas, o que resulta em um limite de déficit de 4,1312% dessas provisões, limite este que totaliza R\$ 27.135.458,50, e, que de acordo com a legislação em vigor, pode ser mantido no Plano. Registramos, em atendimento a legislação, por meio do Estudo Técnico para Verificação da Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano, realizado por Consultor Financeiro da EFPC ao longo do ano de 2023, foi verificada a capacidade financeira do Plano de carregar a posição alocada em títulos públicos federais indexados à inflação marcados na curva, até os seus respectivos vencimentos, tendo como princípio básico a satisfação simultaneamente das condições de solvência e liquidez intertemporal do Plano. Neste estudo se evidenciou que a taxa de reaplicação necessária para o equilíbrio do Plano não está sendo afetada pela distribuição temporal do fluxo destes títulos, em relação ao passivo, confirmando, desta forma, que até então existe capacidade financeira de manutenção na carteira dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, sem que o equilíbrio técnico ajustado apurado represente risco de liquidez no curto prazo.

12. Variação do Resultado apurado entre 2022 e 2023

O déficit contábil apurado em 31/12/2023 foi reduzido em 12,78% em relação ao déficit apurado em 31/12/2021, considerando houve a redução da hipótese da taxa real de juros e sabendo que o patrimônio de cobertura do plano sofreu com perdas financeiras decorrentes da grave crise mundial vivenciada pela pandemia instaurada pelo coronavírus ao longo dos anos de 2020 e 2021, considerando ainda que paralelamente a inflação apurada neste período pelo INPC do IBGE, indexador do Plano, não excedeu significativamente as expectativas, conforme podemos observar a seguir:

Referência	31/12/2022	31/12/2023	Varição
Déficit / Superávit Técnico Acumulado	23.033.456,64	20.564.966,59	10,72%
Reserva de Contingência	-	-	-
Reserva Especial	-	-	-

(em R\$)

13. Custos Avaliados

A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definidos da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentada nesta Demonstração Atuarial (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total líquido de 12,38% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	10,29%	10,34%
INVALIDEZ	0,01%	0,01%
PENSÃO POR MORTE	1,20%	1,20%
PECÚLIO POR MORTE*2	0,88%	0,86%
AUXÍLIO RECLUSÃO *2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	12,38%	12,41%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	2,18%	2,19%
SUB-TOTAL (2)	2,18%	2,19%
TOTAL (1)+(2)	14,56%	14,60%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Custo coberto por contribuições paritárias entre Participantes e Patrocinador: 15% das Contribuições Normais.

14. Plano de Custeio

O custo total carregado com a sobrecarga administrativa de 15%, reavaliado em 14,60% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2024, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
Referência	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,217%
Contribuição Normal do Patrocinador	8,383%
Sub-Total	14,60%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	14,60%
Contribuições Normais dos Assistidos *2	9,41%
Aposentados Assistidos	9,41%
Pensionistas Assistidos	-

*1: Contribuições Normais carregadas com a sobrecarga administrativa de 15%.

*2: Cálculo realizado considerando apenas a população que realiza contribuições normais.

NOTA: A contribuição dos autopatrocinados, com base nos resultados da presente avaliação atuarial, relativa à parcela que eles fazem à parte do Patrocinador, deverá ser ajustada, a partir do início de vigência do Plano de Custeio para o exercício de 2024, para o correspondente a 1,348399 vezes a contribuição que fazem relativamente à parte do Participante.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,60% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado em 31/12/2023, de 14,60% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado em 31/12/2023.

Para o exercício de 2024, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes no exercício de 2023, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano:

- I – Contribuição mensal dos participantes não assistidos, mediante o recolhimento de um percentual do salário de participação, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano;
- II – Contribuição mensal dos participantes assistidos, mediante o recolhimento de percentuais do benefício concedido pelo PLANO, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano; e
- III – contribuição mensal dos PATROCINADORES, mediante o recolhimento de percentuais da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano.

NOTA: Nas contribuições referidas acima não está incluso o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da taxa de carregamento, que para o exercício de 2024 corresponderá a 15% da respectiva contribuição normal.

Este plano de custeio entra em vigor a partir do dia 1º de abril de 2024.

15. Rentabilidade

A rentabilidade nominal líquida, efetivamente obtida ao longo de 2023 pela Entidade, na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, foi de 9,10% contra uma meta atuarial nominal de rentabilidade líquida estimada de 8,64%, o que, em termos reais, representou obter 5,20%, ou seja, em patamar acima da meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,76% ao ano estabelecida para o ano de 2022. A variação do índice de inflação utilizado (INPC do IBGE) é aplicada com 1 (um) mês de defasagem. Na apuração das taxas de juros a metodologia empregada foi a Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais das adições e deduções previdenciárias.

16. Evolução do Resultado apurado entre 2022 e 2023

Referência	Valor
Déficit Técnico Acumulado do exercício de 2022 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2023 (*1)	R\$ (25.023.547,29)
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2023 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 2.813.284,30
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ 1.645.296,40
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2023	R\$ (20.564.966,59)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ (20.564.966,59)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (20.564.966,59)
b) Ajuste de Precificação	R\$ (5.082.309,50)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	R\$ (25.647.276,09)

(*1): R\$ 11.509.569,55 = R\$ 23.033.456,64 x 1,0864 (meta atuarial calculada tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, além de juros reais de 4,76% ao ano).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela Entidade para 31/12/2023 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2022 evoluído para 31/12/2023 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 0,25% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2023 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2023. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância desse impacto residual, está sendo designado como “Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas”, já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

17. Principais Riscos Atuariais

Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, devem primar pela realização dos ajustes que se fizerem necessários. De todo modo, todas as hipóteses atuariais envolvidas no cálculo atuarial, se não realizadas, geram riscos para o Plano. Além dos riscos decorrentes da não realização das hipóteses atuariais conforme projetado, as EFPC estão sujeitas, principalmente, aos riscos de liquidez (descasamento de ativos x passivos), riscos operacionais e de manutenção de cadastro, que podem impactar de forma mais acentuada os modelos matemáticos utilizados nos cálculos e projeções atuariais, os quais devem ser constantemente analisados no âmbito da EFPC, inclusive considerando que o valor de ajuste de precificação foi apurado em valor negativo.

18. Soluções para o Equacionamento do Déficit

Apesar do equilíbrio técnico ajustado apurado estar dentro do limite aceitável de manutenção de déficit, conforme estabelecido pela legislação vigente, sabendo inclusive que estamos vivenciando uma crise financeira global não vivida por gerações, decorrente principalmente pela Pandemia instaurada pelo Coronavírus, que refletiram em perdas financeiras globais ao longo do ano de 2023, com reflexos na rentabilidade do Plano, recomenda-se no tempo adequado, no caso de haver situações de déficit que venham a ocorrer constantemente, que sejam tomadas ações efetivas por parte dos Órgão de Governança da Entidade. Para evitar a evolução do desequilíbrio apurado, continuaremos realizando o acompanhamento dos resultados das Avaliações Atuariais e das necessidades do Plano mensalmente de forma a promover os ajustes que venham a ser necessários ao custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, oferecendo soluções, caso haja necessidade, que atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e a capacidade de pagamento dos Participantes, Assistidos e da Patrocinadora, sem gerar insolvência financeira ao Plano de Benefícios.

19. Despesas Administrativas

15% das Contribuições Normais dos Participantes Não Assistidos, dos Assistidos (Aposentados) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

20. Conclusão

Na qualidade de atuários habilitados e legalmente responsáveis pela avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2023 do Plano Básico administrado pela Fundação BASES, atestamos que ele se encontra deficitário, porém dentro do limite aceitável de manutenção de desequilíbrio de acordo com a legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2024

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Misto

1. Introdução

Este Relatório de Avaliação Atuarial tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2023 do Plano Misto (CNPB: 1998.0037-11), realizada na posição de 31/12/2023, utilizando a base de dados cadastrais de 31/10/2023, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas, de seus Fundos Previdenciais e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio do Plano, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus administradores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas no Regulamento do Plano em vigor.

Observações: Base de dados cadastrais de outubro de 2023, com provisão de reajuste utilizando o INPC do IBGE, para posicionar os valores monetários a preços de dezembro de 2023, no que se refere a realização da Avaliação Atuarial.

2. Legislação Aplicável

A seguir destacamos os principais normativos aplicáveis ao segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC do Brasil, observados para elaboração desta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício:

- Lei nº 109/2001 de 29/05/2001

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

- Resolução CNPC nº 30/2018 de 10/10/2018

Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.

- Resolução Previc nº 23/2023 de 14/08/2023

Estabelece procedimentos para aplicação das normas relativas às atividades desenvolvidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, bem como normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Monetário Nacional.

3. Informações Gerais sobre o Plano

O Plano Misto é um Plano do tipo Contribuição variável, aberto à adesão de novos participantes, CNPJ 48.306.994/0001-03, administrado pela FUNDACAO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e Patrocinado pela ÁGORA CORRETORA DE SEGUROS S.A (CNPJ: 14.560.304/0001-18), pelo KIRTON BANK S.A. – BANCO MÚLTIPLO (CNPJ: 01.701.201.0001-89) e pela própria BASES (CNPJ: 14.855.753/0001-93).

4. Hipóteses Atuariais e Métodos de Financiamento

4.1. Hipóteses Atuariais

A análise das hipóteses atuariais foi realizada considerando que a avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do Plano de Benefícios, da sua massa de Participantes, Assistidos e Beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação, bem como à atividade desenvolvida pelo Patrocinador, sabendo que as hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios e que o Atuário deve certificar-se de que as hipóteses selecionadas são adequadas. Para o encerramento do exercício de 2023 a análise das hipóteses atuariais considerou o estabelecido na legislação vigente, que define orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização ou na manutenção dos estudos técnicos já existentes. O conjunto das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas, conforme indicado pela Carta BASES – 12 / 2024, foram as seguintes:

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	4,09% ao ano
Crescimento Real de Salário	0,00% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	qxi = qx da da AT-83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula
Composição Familiar- Benefícios a Conceder	Família Média (Hx12)
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Aposentadorias	Família Efetiva
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Pensões	Família Efetiva
Entrada em Aposentadoria	Ao preencher as carências regulamentares

Do encerramento do exercício de 2022 para o encerramento do exercício de 2023, não foram alteradas hipóteses atuariais, conforme decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, conforme indicado pela Carta BASES – 12 / 2024.

4.2. Método de Financiamento

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

5. Perfil da Massa de Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios

Os valores apresentados a seguir são nominais e se referem a base cadastral de 31/10/2023.

5.1. Participantes Não Assistidos

Referência	Ativos/Autopatrocínados	BPD	BSPS*
Quantidade Total	165	10	4
Idade Média (anos)	55,73	57,80	62,75
Tempo de Serviço Médio (anos)	32,77	36,00	40,50
Tempo Médio de Contribuição (anos)	30,24	-	-
Salário Real de Benefício Médio Mensal (R\$)	7.252,74	-	-
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	15.557.122,62	-	-

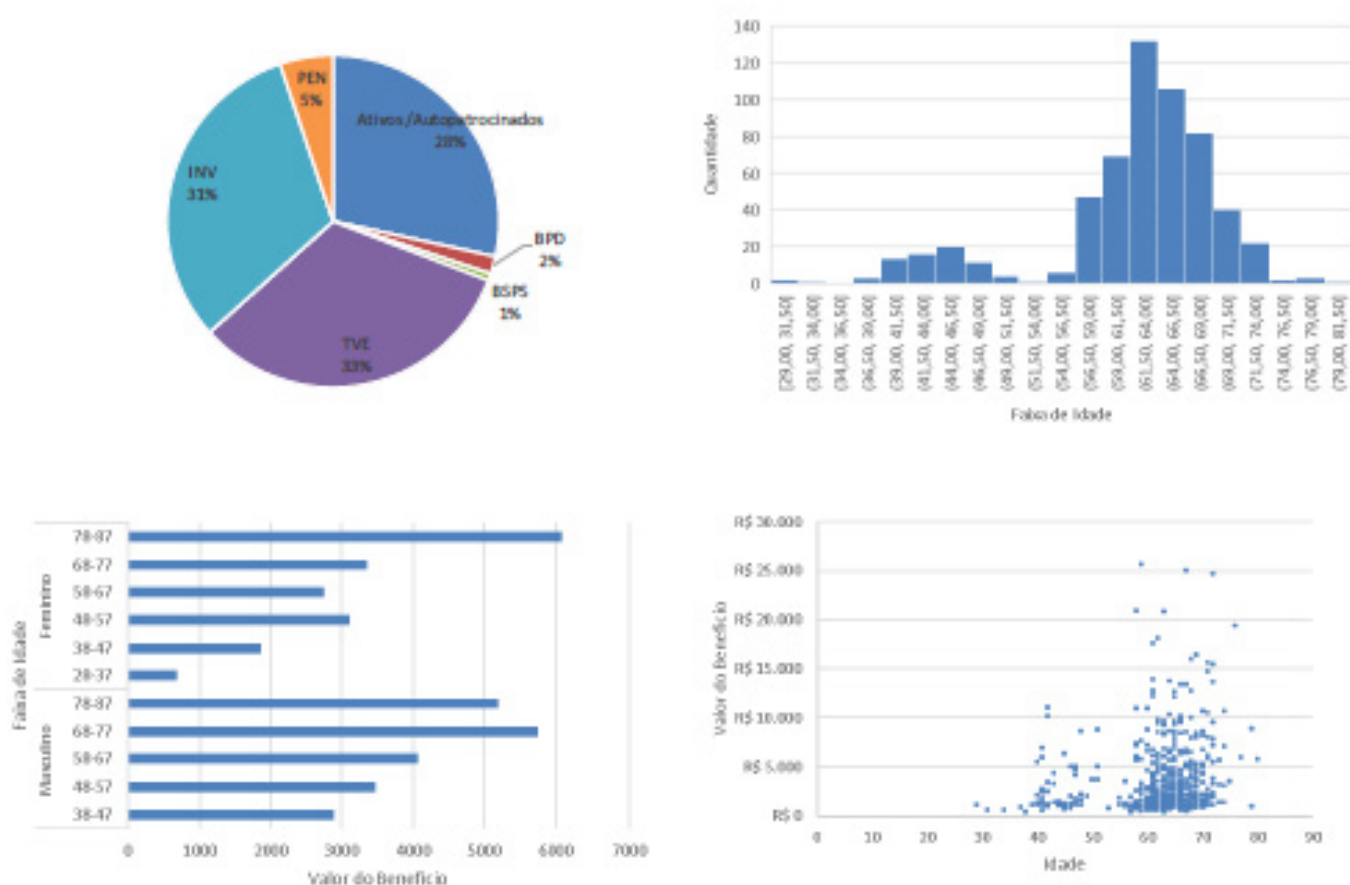
* Dos 4 participantes listados 1 participante encontra-se em pré-invalidez.

5.2. Participantes Assistidos

Referência	TVE	Invalidez	Pensão *
Quantidade	189	183	30
Idade Média (anos)	66,02	66,46	67,30
Benefício Médio Mensal (R\$)	4.386,37	3.385,88	3.791,27
Folha Anual do Benefício Médio Mensal (R\$)	10.777.304,33	8.055.002,28	1.478.598,94

* Para Pensões por Morte, nesta tabela, foram utilizadas as idades de todos os dependentes cadastrados em cada família e os valores de benefícios integralizados por família.

5.3. Análise gráfica dos Participantes Não Assistidos e Assistidos



6. Qualidade da base cadastral e dados contábeis utilizados

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como o Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta Avaliação Atuarial, o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de Pecúlio por Morte, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fundação BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da Avaliação Atuarial do exercício de 2023.

7. Duração do Passivo

A duração do passivo foi calculada em 11,5226 anos através do sistema Venturo da Previc, utilizando o fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias na posição de 31/12/2023, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

8. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura efetivamente constituído pelo Plano Misto é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas (Passivo do Plano) e determinará se o Plano de Benefícios Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros, conforme disposto na legislação em vigor, podem estar segmentados em Renda Fixa, Renda Variável Estruturado, Imobiliário, Operações com Participantes e Exterior. O Patrimônio de Cobertura informado pela Fundação BASES para o Plano Misto na posição de 31/12/2023 foi de R\$ 347.758.884,60.

9. Resultados apurados

9.1. Resultados a Valor Presente

A situação financeiro-actuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2023, utilizando os regimes / métodos de financiamento actuarial e as mesmas hipóteses actuariais indicados no item 4 deste Relatório de Avaliação Actuarial, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (13.624.566,21), conforme demonstrado a seguir:

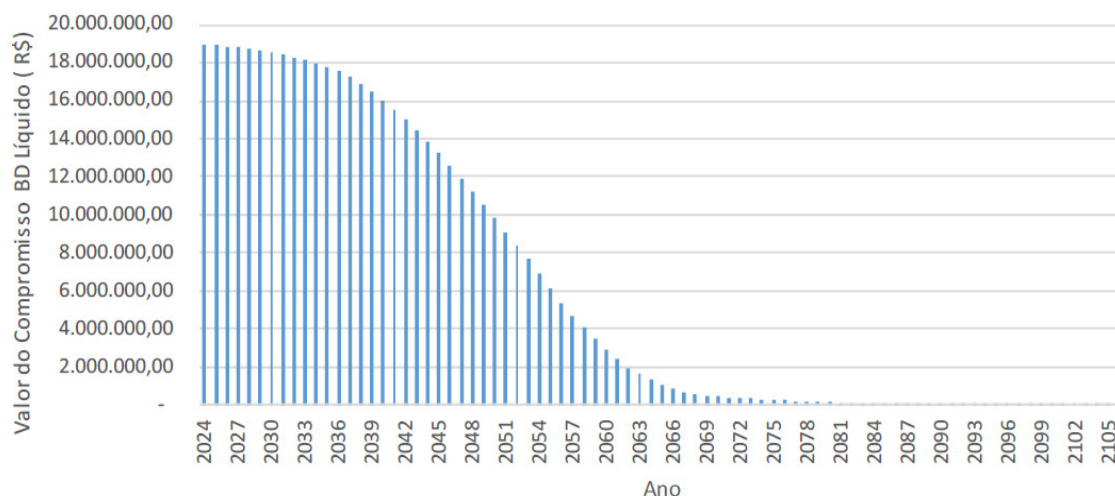
CÓDIGO	TÍTULO	VALORES - (R\$)
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (*)	347.758.884,60
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMATICAS	361.383.450,81
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	264.500.268,89
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	677.873,60
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	677.873,60
2.3.1.1.01.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos- Provisão para Pagamento de Pensão	677.873,60
2.3.1.1.01.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização	263.822.395,29
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados- Assistidos	136.023.511,62
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados- Assistidos	127.798.883,67
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	96.883.181,92
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida (*)	62.759.320,31
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas- Parcela Patrocinadores	11.896.813,46
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas- Parcela Participantes	50.862.506,85
2.3.1.1.02.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	31.936.703,61
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	2.187.158,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	3.862.448,85
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-1.675.290,85
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-13.624.566,21

* Os valores contábeis encaminhados para processamento da avaliação actuarial de encerramento do exercício de 2023 não sofreram análise pela Jessé Montello e a responsabilidade por sua veracidade é integralmente da Entidade.

9.2. Resultados a valor futuro

9.2. Projeção do Passivo até a quitação do último compromisso pelo Plano

Foram projetados através de valores de fluxos probabilísticos de receitas e despesas previdenciárias o compromisso a valor futuro para fins de apuração da duração do passivo e ajuste de precificação. O compromisso a valor futuro apresentou o seguinte comportamento:



A previsão para quitação do último compromisso previdenciário com a atual massa de participantes do Plano é no ano 2105.

10. Variação das Provisões Matemáticas

A composição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2021 para o final do ano 2022, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2022	31/12/2023	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	262.218.620,30	264.500.268,89	0,87%
Provisão de Benefícios a Conceder	89.340.396,43	96.883.181,92	8,44%
Provisão Matemática a Constituir- Serviço	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	351.559.016,73	361.383.450,81	2,79%

(valores em R\$)

As Provisões Matemáticas avaliadas em 31/12/2023, utilizando as hipóteses atuariais indicadas no item 4.1. deste Relatório de Avaliação Atuarial, com a base cadastral de 31/10/2023 (cujos valores monetários foram projetados no valor pico com previsão de reajuste para a data da Avaliação Atuarial), variaram em comparação com os valores contabilizados em 31/12/2022, considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, pela evolução cadastral e atualização dos valores monetários atrelados pela inflação do INPC do IBGE, fazendo com que as provisões matemáticas se elevassem em aproximadamente 2,79% em relação aos valores contabilizados no encerramento de 2023.

11. Natureza do Resultado

O Plano encontra-se com resultado contábil deficitário no encerramento do exercício de 2023 no valor de R\$ (13.624.566,21), tendo em vista inclusive as perdas financeiras ocasionadas pela crise econômica mundial vivenciada durante os anos de 2020 e 2021 em decorrência da pandemia instaurada pelo coronavírus. E desta forma, a natureza do resultado apurado em 31/12/2023 no Plano pode ser considerada em parte como estrutural e em parte como conjuntural, decorrente das perdas financeiras. Por meio do programa Venturo disponibilizado pela PREVIC foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, de forma a se apurar o equilíbrio técnico ajustado. Em 31/12/2023 o ajuste de precificação corresponde a R\$ 427.140,03. Levando-se em conta esse ajuste de precificação, o equilíbrio técnico ajustado foi calculado em R\$ (13.197.426,18), nos termos estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30/2018, conforme a seguir:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	Valor
a) Resultado Realizado	R\$ (13.624.566,21)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (13.624.566,21)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 427.140,03
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	R\$ (13.197.426,18)

Este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (13.197.426,18) equivale a 4,5728% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de benefícios definidos reavaliadas em R\$ 297.946.256,90 na posição de 31/12/2023 e como a Duração do Passivo do Plano foi calculada em 11,5226 anos, o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao limite de resultado deficitário que poderia ser mantido no Plano, calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de } 11,5226 \text{ anos} - 4)$ das provisões matemáticas, o que resulta em um limite de déficit de 7,5226% dessas provisões, limite este que totaliza R\$ 22.413.305,12, e, que de acordo com a legislação em vigor, pode ser mantido no Plano. Registramos, em atendimento a legislação, por meio do Estudo Técnico para Verificação da Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano, realizado por Consultor Financeiro da EFPC ao longo do ano de 2023, foi verificada a capacidade financeira do Plano de carregar a posição alocada em títulos públicos federais indexados à inflação marcados na curva, até os seus respectivos vencimentos, tendo como princípio básico a satisfação simultaneamente das condições de solvência e liquidez intertemporal do Plano. Neste estudo se evidenciou que a taxa de reaplicação necessária para o equilíbrio do Plano não está sendo afetada pela distribuição temporal do fluxo destes títulos, em relação ao passivo, confirmando, desta forma, que até então existe capacidade financeira de manutenção na carteira dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, sem que o equilíbrio técnico ajustado apurado represente risco de liquidez no curto prazo.

12. Variação do Resultado apurado entre 2022 e 2023

O Plano permanece com resultado deficitário contábil em 31/12/2023 de R\$ (13.624.566,21), onde os principais reflexos para ocorrência do resultado deficitário da Avaliação Atuarial de 31/12/2023 estão relacionadas a evolução da massa e que a rentabilidade observada se situou em patamar pouco superior a meta para o período no ano anteriores. A variação observada no resultado de -38,51% foi em decorrência do forte crescimento do Patrimônio de Cobertura do Plano que passou de R\$ 329.402.055,68 em 31/12/2022 para R\$ 347.758.884,60 na posição de 31/12/2023, variando aproximadamente 5,57%.

Referência	31/12/2022	31/12/2023	Varição
Superávit Técnico Acumulado	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-
Reserva Especial	-	-	-
Déficit Técnico Acumulado	(22.156.961,05)	(13.624.566,21)	-38,51%

13. Custos Avaliados

A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (DA) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 6,47% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assisidos, conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	4,75%	4,77%
INVALIDEZ	0,60%	0,59%
PENSÃO POR MORTE	0,13%	0,14%
PECÚLIO POR MORTE*2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	5,48%	5,49%
ADMINISTRAÇÃO *3	0,97%	0,97%
SUB-TOTAL (2)	0,97%	0,97%
TOTAL (1)+(2)	6,45%	6,47%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Administração igual a 28,55% das contribuições do Patrocinador se destinam à cobertura dos gastos administrativos, sendo $28,55\% = 15\% \times 6,47\% / 3,40\%$, limitada a 15% do total das contribuições previdenciárias.

14. Plano de Custeio

O custo total reavaliado de 6,47% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2023, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
Referência	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	3,07%
Contribuição Normal do Patrocinador *2	3,40%
Sub-Total	6,47%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	6,47%
Contribuições Normais dos Assistidos	-
Aposentados Assistidos	-
Pensionistas Assistidos	-

*1: A destinação das contribuições do Patrocinador, cujo valor mensal, em conformidade com o plano de custeio, está fixado em 3,40% da folha do salário real de contribuição dos empregados participantes, deve continuar a observar a seguinte regra de rateio que está vigente até que uma reavaliação atuarial indique a necessidade de se ajustar tal rateio:

- 28,55% das contribuições do Patrocinador se destinam à cobertura dos gastos administrativos: $15\% \times 6,47\% / 3,40\%$;
- 21,45% das contribuições do Patrocinador se destinam ao Fundo de Risco destinado a dar cobertura aos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pecúlio por morte em atividade e pensão por morte em atividade ou em gozo de aposentadoria por invalidez): $(0,59\% + 0,14\%) / 3,400\%$;
- 50,00% das contribuições do Patrocinador se destinam a reforçar o saldo das Reservas Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder dos participantes Ativos: $100,00\% - 28,55\% - 21,45\%$.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 6,47% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2023, de 6,45% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2023.

Para o exercício de 2024, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes no exercício de 2023, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano:

I – Contribuições previdenciárias:

Contribuição obrigatória mensal e contribuição voluntária, mensal ou esporádica, de cada participante não assistido, destinada a constituir parte da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, que servirá como base mínima de cálculo do valor do Benefício de Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição e por Idade e da respectiva conversão em Benefício de Pensão por Morte, sendo que a contribuição obrigatória mensal, de cada participante, está fixada em:

A% (A por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente à 50% (cinquenta por cento) do valor de 1 (uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês; e

B%, (B por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição situada entre 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento) do maior valor de 1 (uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês; e

C% (C por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição que excede à 100% (cem por cento) do valor de 1 (uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês, sendo, inicialmente, os valores de A%, B% e C% fixados, respectivamente, em 1,00% (um por cento), 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) e 8,00% (oito por cento).

NOTA: Nas contribuições referidas acima não está incluso o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da taxa de carregamento, que para o exercício de 2024 corresponderá a 15% da respectiva contribuição normal.

Este plano de custeio entra em vigor a partir do dia 1º de abril de 2024.

15. Rentabilidade

A rentabilidade líquida do ano de 2023, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida durante o ano de 2023, informada pela BASES, foi de 10,72%, contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 7,95%, corresponde ao INPC do IBGE acumulado em 2023, acrescido de juros reais equivalentes a 4,09% ao ano o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 6,76% contra uma meta atuarial de 4,09% ao ano, adotada como expectativa atuarial de taxa real de juros.

16. Evolução do Resultado apurado entre 2022 e 2023

Referência	Valor
Déficit Técnico Acumulado do exercício de 2022 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2023 (*1)	R\$ (23.918.439,45)
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2023 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 4.509.117,21
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ 4.378.708,67
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2023	R\$ 1.406.047,36
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	R\$ (13.624.566,21)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	-
a.1) Superávit Técnico Acumulado	R\$ (13.624.566,21)
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-
b) Ajuste de Precificação	R\$ (13.624.566,21)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 427.140,03
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	R\$ (13.197.426,18)

(*1): R\$ 11.509.569,55 = R\$ 22.156.961,05 x 1,0795 (meta atuarial calculada tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, além de juros reais de 4,76% ao ano).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela Entidade para 31/12/2023 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2022 evoluído para 31/12/2023 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 0,47% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2023 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2023. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância desse impacto residual, está sendo designado como "Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

17. Principais Riscos Atuariais

Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, devem primar pela realização dos ajustes que se fizerem necessários. De todo modo, todas as hipóteses atuariais envolvidas no cálculo atuarial, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

Além dos riscos decorrentes da não realização das hipóteses atuariais conforme projetado, as EFPC estão sujeitas, principalmente, aos riscos de liquidez (descasamento de ativos x passivos), riscos operacionais e de manutenção de cadastro, que podem impactar de forma mais acentuada os modelos matemáticos utilizados nos cálculos e projeções atuariais,

os quais devem ser constantemente analisados no âmbito da EFPC, inclusive considerando que o valor de ajuste de precificação foi apurado em valor negativo.

Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldos de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente à diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial do exercício e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às contribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldos de Contas. Tal Provisão, que já está incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas nesta avaliação atuarial de 31/12/2023, considerando a taxa real de juros/desconto de 4,09% ao ano e as Tábuas de Mortalidade, Geral “qx da AT-2000 (segregada por sexo) desagregada em 15%” e de Inválidos “qxixq = da AT-83(masculina)”, assumiu em 31/12/2023 o valor de R\$ 28.310.976,00.

18. Soluções para o Equacionamento do Déficit

Apesar do déficit técnico apurado estar dentro do limite aceitável de manutenção de desequilíbrio, conforme estabelecido pela legislação vigente, sabendo inclusive que estamos vivenciando uma crise financeira global não vivida por gerações, decorrente principalmente pela Pandemia instaurada pelo Coronavírus, que refletiram em perdas financeiras globais ao longo do ano de 2022, com reflexos na rentabilidade do Plano, recomenda-se no tempo adequado, no caso de haver situações de déficit que venham a ocorrer constantemente, que sejam tomadas ações efetivas por parte dos Órgão de Governança da Entidade. Para evitar a evolução do desequilíbrio apurado, continuaremos realizando o acompanhamento dos resultados das Avaliações Atuariais e das necessidades do Plano de forma a promover os ajustes que venham a ser necessários ao custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, oferecendo soluções, caso haja necessidade, que atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e a capacidade de pagamento dos Participantes, Assistedos e da Patrocinadora, sem gerar insolvência financeira ao Plano de Benefícios.

19. Despesas Administrativas

15% das Contribuições Normais dos Participantes Não Assistedos, dos Assistedos (Aposentados) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

20. Conclusão

Na qualidade de atuários habilitados e legalmente responsáveis pela avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2023 do Plano Misto administrado pela Fundação BASES, atestamos que ele se encontra deficitário, porém dentro do limite aceitável de manutenção de desequilíbrio de acordo com a legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2024

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Balanco Patrimonial Consolidado

valores em R\$ mil

ATIVO	NE	Exercício 2022	Exercício 2023	PASSIVO	NE	Exercício 2022	Exercício 2023
DISPONÍVEL		0	1	EXIGÍVEL OPERACIONAL		3.264	3.289
				Gestão Previdencial	(9)	2.305	2.276
REALIZÁVEL		998.104	1.001.441	Gestão Administrativa	(10)	914	943
Gestão Previdencial	(5)	8.008	7.907	Investimentos	(11)	45	70
Gestão Admiistrativa	(6)	170	156				
Investimentos	(7)	989.926	993.378	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		4.190	4.190
Fundos de Investimento		922.776	925.775	Gestão Previdencial	(12)	4.190	4.190
Investimentos Imobiliários		46.667	45.492				
Empréstimos		9.704	10.765	PATRIMÔNIO SOCIAL	(13)	992.036	995.319
Recursos a Receber- Precatórios		10.779	11.346	Patrimônio de Cobertura do Plano		975.505	984.036
				Provisões Matemáticas		1.020.695	1.018.225
				Benefícios Concedidos		915.798	903.976
				Benefícios a Conceder		104.897	114.249
PERMANENTE		1.386	1.356	Equilíbrio Técnico		(45.190)	(34.189)
Imobilizado	(8)	1.386	1.356	Resultados Realizados		(45.190)	(34.189)
				Déficit Técnico Acumulado (-)		(45.190)	(34.189)
				Fundos		16.531	11.283
				Fundos Administrativos		12.379	10.323
				Fundos dos Investimentos		4.152	960
TOTAL DO ATIVO		999.490	1.002.798	TOTAL DO PASSIVO		999.490	1.002.798

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2022	Exercício 2023	Varição (%)
1. Ativos	652.794	642.322	(1,60)
Recebíveis Previdencial	8.946	8.247	(7,81)
Investimento	643.848	634.075	(1,52)
Fundos de Investimento	581.165	571.479	(1,67)
Investimentos Imobiliários	46.667	45.492	(2,52)
Operações com Participantes	5.237	5.758	9,95
Recursos a Receber - Precatórios	10.779	11.346	0,00
2. Obrigações	2.126	2.111	(0,71)
Operacional	727	712	(2,06)
Contingencial	1.399	1.399	0,00
3. Fundos não Previdenciais	4.565	3.933	(13,84)
Fundos Administrativos	4.484	3.783	(15,63)
Fundos para Garantia de Operações com participantes	81	150	85,19
5. Ativo Líquido (1-2-3)	646.103	636.278	(1,52)
Provisões Matemáticas	669.136	656.842	(1,84)
Superávit/Déficit Técnico	(23.033)	(20.565)	(10,72)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(23.033)	(20.565)	(10,72)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	(5.410)	(5.082)	(6,06)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(28.443)	(25.647)	(9,83)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2022	Exercício 2023	Variação (%)
1. Ativos	345.783	359.532	3,98
Recebível	11.442	9.983	(12,75)
Investimento	334.341	349.549	4,55
Fundos de Investimento	329.874	344.542	4,45
Operações com Participantes	4.467	5.007	12,09
2. Obrigações	4.414	4.424	0,23
Operacional	1.623	1.633	0,62
Contingencial	2.791	2.791	0,00
3. Fundos não Previdenciais	11.967	7.350	(38,58)
Fundos Administrativos	7.896	6.540	(17,17)
Fundos para Garantia de Operações com participantes	4.071	810	(80,10)
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	329.402	347.758	5,57
Provisões Matemáticas	351.559	361.383	2,79
Superávit/Déficit Técnico	(22.157)	(13.624)	(38,51)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(22.157)	(13.624)	(38,51)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	405	427	5,43
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(21.752)	(13.197)	(39,33)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2022	Exercício 2023	Vari�o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	967.931	992.036	2,49
1. Adi�oes	124.106	106.623	(14,09)
(+) Contribui�es Previdenciais	4.907	5.939	21,03
(+) Outras Adi�oes Previdenciais	8.705	6.549	(24,77)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	105.123	90.961	(13,47)
(+) Reversão Líquida de Contingências- Gestão Previdencial	811	0	(100,00)
(+) Receitas Administrativas	2.848	1.872	(34,27)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Administrativa	1.384	1.302	(5,92)
(+) Constitui�o de Fundo de Investimentos	328	0	(100,00)
2. Destina�es	(100.001)	(103.340)	3,34
(-) Benefícios	(85.705)	(90.554)	5,66
(-) Resgates	(4.445)	(2.461)	(44,63)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	(2.208)	0	(100,00)
(-) Outras Destina�es	(2.834)	(1.902)	(32,89)
(-) Despesas Administrativas	(4.809)	(5.230)	8,75
(-) Reversão de Fundo de Investimentos	0	(3.193)	0,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	24.105	3.283	(86,38)
(+/-) Provisões Matemáticas	29.404	(2.470)	(108,40)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(5.049)	11.001	(317,88)
(+/-) Fundos Administrativos	(578)	(2.056)	255,71
(+/-) Fundos dos Investimentos	328	(3.192)	(1.073,17)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	992.036	995.319	0,33

As Notas Explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2022	Exercício 2023	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	631.953	646.100	2,24
1. Adi�o es	83.182	60.966	(26,71)
(+) Contribui�o es	5.559	5.639	1,44
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	70.752	55.240	(21,92)
(+) Revers�o de Conting�ncias - Gestão Previdencial	799	0	0,00
(+) Outras Adi�o es	6.072	87	0,00
2. Destina�o es	(69.035)	(70.791)	2,54
(-) Benefícios	(65.868)	(69.183)	5,03
(-) Portabilidade/ Resgates	(148)	0	0,00
(-) Custeio Administrativo	(1.735)	(822)	-52,62
(-) Outras Destina�o es	(1.284)	(786)	0,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	14.147	(9.825)	(169,45)
(+/-) Provisão es Matemáticas	16.758	12.294	(26,64)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(2.610)	(2.468)	(5,44)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	646.100	636.275	(1,52)
C) Fundos não previdenciais	(76)	(632)	731,58
(+/-) Fundos Administrativos	(207)	(701)	238,65
(+/-) Fundos para Garantia das Opera�o es com Participantes	131	69	(47,33)

As Notas Explicativas da admsitra o são parte integrante das demonstra o es contábeis.

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2022	Exercício 2023	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	319.198	329.405	3,20
1. Adi�o es	36.539	43.933	20,24
(+) Contribui�o es	1.730	1.750	1,16
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	32.163	35.720	11,06
(+) Rever�es Líquidas de Contingências - Gestão Previdencial	12	0	0,00
Outras Adi�o es Previdenciais	2.634	6.463	145,37
2. Dedu�o es	(26.332)	(25.577)	(2,87)
(-) Benefícios	(19.836)	(21.371)	7,74
(-) Portabilidade/Resgates	(4.298)	(2.462)	(42,72)
(-) Custeio Administrativo	(647)	(628)	(2,94)
(-) Outras Destina�o es	(1.551)	(1.116)	(28,05)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.207	18.356	79,84
(+/-) Provisão es Matemáticas	12.646	9.824	(22,32)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(2.439)	8.532	(449,82)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	329.405	347.761	5,57
C) Fundos não previdenciais	93	(4.617)	(5.064,52)
(+/-) Fundos Administrativos	(366)	(1.356)	270,49
(+/-) Fundos para Garantia das Opera�o es com Participantes	459	(3.261)	(810,46)

As Notas Explicativas da admsitra o são parte integrante das demonstra o es contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas por Plano

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2022	Exercício 2023	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	648.311	638.539	(1,51)
1. Provisões Matemáticas	669.136	656.842	(1,84)
1.1. Benefícios Concedidos	653.580	639.476	(2,16)
Benefício Definido	653.580	639.476	(2,16)
1.2. Benefício a Conceder	15.556	17.366	11,64
Benefício Definido	15.556	17.366	11,64
2. Equilíbrio Técnico	(23.033)	(20.565)	(10,72)
2.1. Resultados Realizados	(23.033)	(20.565)	(10,72)
Déficit Técnico Acumulado	(23.033)	(20.565)	(10,72)
3. Fundos	81	150	85,19
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	81	150	85,19
4. Exigível Operacional	728	713	(2,06)
4.1. Gestão Previdencial	691	682	(1,30)
4.2. Investimentos- Gestão Previdencial	37	31	0,00
5. Exigível Contingencial	1.399	1.399	0,00
5.1. Gestão Previdencial	1.399	1.399	0,00

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2022	Exercício 2023	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	337.886	352.992	4,47
1. Provisões Matemáticas	351.559	361.383	2,79
1.1. Benefícios Concedidos	262.219	264.500	0,87
Contribuição Definida	565	678	20,00
Benefício Definido	261.654	263.822	0,83
1.2. Benefício a Conceder	89.340	96.883	8,44
Contribuição Definida	59.212	62.759	5,99
Saldo de Contas- Parcela Patrocinadores	11.369	11.897	4,64
Saldo de Contas - Parcela Participantes	47.843	50.862	6,31
Benefício Definido	30.128	34.124	13,26
2. Equilíbrio Técnico	(22.157)	(13.625)	(38,51)
2.1. Resultados Realizados	(22.157)	(13.625)	(38,51)
Déficit Técnico Acumulado	(22.157)	(13.625)	(38,51)
3. Fundos	4.071	810	(80,10)
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	4.071	810	(80,10)
4. Exigível Operacional	1.622	1.633	0,68
4.1. Gestão Previdencial	1.613	1.594	(1,18)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	9	39	333,33
5. Exigível Contingencial	2.791	2.791	0,00
5.1. Gestão Previdencial	2.791	2.791	0,00

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Plano de Gestão Administrativa - PGA

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2022	Exercício 2023	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	12.956	12.379	4,45)
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.232	3.173	(25,02)
1.1. Receitas	4.232	3.173	(25,02)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.383	1.450	(39,15)
Custeio Administrativo dos Investimentos	318	264	(16,98)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	83	109	31,33
Resultado Positivo dos Investimentos PGA	1.384	1.302	(5,92)
Receitas Diretas	0	36	0,00
Outras Receitas	64	12	0,00
2. Despesas Administrativas	(4.809)	(5.229)	8,73
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(4.809)	(5.229)	8,73
Pessoal e Encargos	(2.955)	(3.156)	6,80
Treinamento/congressos e seminários	(52)	(149)	186,54
Viagens e Estadias	0	(15)	
Serviços de terceiros	(1.040)	(1.122)	7,88
Despesas gerais	(336)	(405)	20,54
Depreciações e amortizações	(94)	(99)	5,32
Tributos	(332)	(283)	(14,76)
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(577)	(2.056)	256,33
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(577)	(2.056)	256,33
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	12.379	10.323	(16,61)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Despesas Administrativas

Descrição	Exercício 2022	Exercício 2023	Variação (%)
Despesas	3.994.865,89	4.278.418,84	7,10%
Pessoal e encargos	2.955.340,20	3.156.093,83	6,79%
Pessoal Próprio	2.955.340,20	3.156.093,83	6,79%
Serviços de Terceiros	1.039.525,69	1.122.325,01	7,97%
Pessoa Jurídica	1.039.525,69	1.122.325,01	7,97%
Consultoria Atuarial	254.315,42	283.570,23	11,50%
Consultoria Jurídica	360.711,89	403.443,37	11,85%
Recursos Humanos	18.850,96	9.584,27	-49,16%
Informática	315.495,71	353.347,07	12,00%
Conservação/ Manutenção	8.082,60	8.582,00	6,18%
Auditoria Contábil	32.744,92	25.020,00	-23,59%
Consultoria de Investimentos	49.324,19	15.458,57	-68,66%
Outros (Seguro Órgãos Estatutários)	0,00	23.319,50	100,00%

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Valores em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANEDE, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar- SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão. Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários o Kirton Bank S/A, Banco Múltiplo, através da incorporação do Banco Alvorada S/A, em 30/04/2019, a Ágora Corretora de Seguros S/A, através da mudança da razão social da BANEDE Corretora de Seguros S/A, em 06/08/2019 e a Fundação BANEDE de Seguridade Social – BASES de acordo com os respectivos Aditivos e Convênio de Adesão.

2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

A BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

- a) Plano Básico: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no artigo 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998.
- b) Plano Misto: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2023, a BASES possui um total de 1.755 participantes (1.778 em 2022), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

PARTICIPANTES	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	QUANTIDADE		QUANTIDADE		QUANTIDADE	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
ATIVO	34	31	171	159	205	190
AUTOPATROCINADOS	0	0	5	6	5	6
ASSISTIDOS	1.159	1.149	409	410	1.568	1.559
TOTAL	1.193	1.180	585	575	1.778	1.755

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer ao disposto da Resolução CMN nº 4.994 de 29 de março de 2022.

O Plano da Gestão Administrativa- PGA da BASES foi constituído com base no Anexo C – Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, a qual foi revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, a qual foi revogada pela Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, instituídos pela Interpretação Técnica Geral – ITG 2001, do Conselho Federal de Contabilidade, e de normativos do sistema fechado de previdência complementar, em especial a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2011 e Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

A escrituração contábil da BASES atende à segregação das transações por plano de benefícios, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, quanto ao programa de gestão administrativa encontra-se de forma consolidado.

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em forma consolidada e individual por Planos de Benefícios e PGA, em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2011, Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023 e pela Interpretação Técnica Geral – ITG 2001, do Conselho Federal de Contabilidade.

3.1 – Balanço Patrimonial

Apresenta os valores correspondentes à soma dos eventos patrimoniais das Gestões Previdencial, Administrativa e do Fluxo de Investimentos, que consolidam as informações referentes aos respectivos planos de benefícios. Nesta demonstração, estão eliminadas as operações a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) registradas exclusivamente entre os planos de benefícios da Fundação, no sentido de evidenciar os saldos patrimoniais sem a interferência daqueles que se anulam entre contas correspondentes no Ativo e no Passivo.

3.2 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS

Elaborada de forma consolidada. A DMPS apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Patrimônio Social do conjunto de planos administrados pela entidade.

3.3 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Elaborada de forma consolidada. A DPGA apresenta os eventos econômicos (Receitas e Despesas) que resultam no Acréscimo ou Decréscimo no fundo patrimonial da Gestão Administrativa. A apresentação desta demonstração por plano de benefícios é facultativa.

3.4 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição do Ativo Líquido de cada plano. Nesta demonstração constam ainda informações complementares correspondentes à Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, vide Nota Explicativa nº 7, item b).

3.5 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários. A DMAL apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Ativo Líquido (Patrimônio de Cobertura do Plano).

3.6 – Demonstração das Provisões Técnicas – DPT

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição de todos os eventos que formam as Provisões Técnicas dos planos de benefícios.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

b) Gestão dos recursos administrativos

b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2011, Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023 e Resolução CNPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa- PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

b.2) Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor repassado pelos planos de benefícios previdenciais ao PGA, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

b.3) Despesas administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº 29, alterada pela Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021 de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do PGA- Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

As despesas são geridas de forma solidária, sendo o resultado do PGA rateado entre os fundos administrativos dos planos de benefícios pelo critério de patrimônio do fundo por plano. A parcela equivalente à participação de cada plano de benefícios previdenciários é reconhecida nas demonstrações dos respectivos planos não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas de gestão administrativa.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, com base no julgamento da Administração, periodicamente revisados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

d) Realizável

- **Gestão Previdencial:** O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

- **Gestão Administrativa:** O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- **Investimentos:** Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos- realizável segundo as duas categorias a saber:

- **Títulos para negociação:** títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

- **Títulos mantidos até o vencimento:** títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento sendo, ainda, considerados pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais e ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

- **Renda Fixa:** As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata dia" até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

- **Ações:** Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação média do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

- **Investimentos Imobiliários:** Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

- **Empréstimos:** Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução Previc nº23, de 14 de agosto de 2023.

e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

f) Ativo Permanente

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

g) Exigível Operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

h) Exigível Contingencial

Representado por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade e na avaliação da Administração.

i) Patrimônio Social

i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

- Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes assistidos.

Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

- Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC nº30, de 10 de outubro de 2018 e a Resolução Previc nº23, de 14 de agosto de 2023 estabeleceram critérios para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Estas Resoluções determinam que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

i.2) Fundos

- Gestão previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

- Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

- Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

5. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2022	2023
Plano Básico		
Custeio administrativo antecipado	0	3
Depósitos Judiciais/Recursais	4.463	4.461
Total Plano Básico	4.463	4.464
Plano Misto		
Contribuições do mês	0	82
Custeio administrativo antecipado	20	12
Depósitos Judiciais/Recursais*	3.525	3.349
Total Plano Misto	3.545	3.443
Total Realizável da Gestão Previdencial	8.008	7.907

6. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

PGA	2022	2023
Contribuições para o Custeio do PGA	0	117
Custeio PGA	170	39
Total Realizável do PGA	170	156

7. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.994 de 29 de março de 2022, e estão assim distribuídos:

	2022	2023
Plano Básico	-	-
. Fundos de Investimentos	-	-
Multimercado	581.165	571.479
. Investimentos Imobiliários	46.667	45.492
. Operações com Participantes	5.237	5.758
. Recursos a Receber- Precatórios	10.779	11.346
Total do Plano Básico	643.848	634.075
Plano Misto	-	-
. Fundos de Investimentos	329.875	344.542
. Operações com Participantes	4.467	5.007
Total do Plano Misto	334.342	349.549
Plano de Gestão Administrativa - PGA	-	-
. Fundos de Investimentos	12.306	9.754
Total do Plano de Gestão Administrativa	12.306	9.754
Total de Investimentos	969.493	993.378

Administração e custódia dos investimentos – Os fundos de investimentos da BASES são administrados pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária e Custódia da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados- CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Fundamentado em estudo de ALM – Asset Liability Management, a Entidade manteve, em 2023, aplicações financeiras em títulos classificadas como títulos mantidos até o vencimento, que correspondem no Plano Básico a 92,79% (87,70%- 2022), e classificadas como para negociação, que correspondem a 7,21% (12,30%- 2022). Já no Plano Misto, mantidos até o vencimento correspondem a 74,01% (74,33%- 2022) e classificadas como para negociação, que correspondem a 25,99% (25,67%- 2022). Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos.

a) Certificados Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

a.1) Planos Previdenciais

Descrição	Custo Total	Vencimento			2022	2023
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO BÁSICO						
Fundos de Investimento						
Fundos - RV	0	0	0	0	0	0
LFS/LFSN	0	0	0	0	0	0
LTN-O	0	0	0	0	0	0
NTN-B	292.130.828	0	0	530.288.828	509.688.144	530.253.134
NTN-C	1.030.081	0	0	2.469.969	2.583.366	2.469.969
LFT-O	38.756.259	38.756.259	0	0	68.893.641	38.756.259
Subtotal Fundos de Investimento	331.917.168	38.756.259	0	532.758.797	581.165.152	571.479.362
Total do Plano Básico	331.917.168	38.756.259	0	532.758.797	581.165.152	571.479.362

Descrição	Custo	Vencimento			2022	2023
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO MISTO						
Fundos de Investimento						
Fundos- RV	0	0	0	0	0	0
LFS/LFSN	0	0	0	0	3.634.613	0
LFT-O	0	0	0	0	0	0
LTN-O	0	0	0	0	0	0
NTN-B	140.906.122	0	0	255.011.309	245.194.629	254.993.056
NTN-C	440.947	0	0	1.057.320	1.105.862	1.057.320
NTN-O	88.491.634	88.491.634	0	0	79.939.236	88.491.634
Total do Plano Misto	229.838.702	88.491.634	0	256.068.629	329.874.339	344.542.009
Total dos Planos Previdenciais	561.755.870	127.247.893	0	788.827.426	901.353.702	916.021.372

a.2) Planos de Gestão Administrativa

Descrição	Custo	Vencimento			2022	2023
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA						
Bradesco F. I. REF DI FED EXTRA	6.035.113	6.035.113	0	0	8.463.265	6.035.113
Bradesco F.I. RF REF DI PREMIUM	3.718.961	3.718.961	0	0	3.272.995	3.718.961
Total do PGA	9.754.074	9.754.074	0	0	11.736.260	9.754.074,02

b) Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a Resolução CNPC Nº 30, de outubro de 2018 e pela Resolução PREVIC Nº 23, de 14 de agosto de 2023, a Entidade estabeleceu em 2023 o Ajuste de Precificação dos Ativos como procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, que corresponde à diferença entre o valor contábil desses títulos e o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual na respectiva avaliação atuarial, Plano Básico (4,76%) e o Plano Misto (4,09%) e a duration do passivo, do Plano Básico em 8,1312 anos (8,4274 anos - 2022) e do Plano Misto em 11,5226 anos (11,9082 anos- 2022). Para o Plano Básico, o valor apurado da precificação dos ativos em 2023 (negativo) de R\$5.082 (-R\$5.410 / 2022), para o Plano Misto, o valor apurado em 2023 (positivo) da precificação dos ativos foi de R\$427 (R\$405/2022), estão apresentados nas “Informações Complementares” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios conforme quadros abaixo:

Bradesco FI Multimercado FEB BD - Plano Básico						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	51	154	278	-20	258
NTN-B	15/08/2050	1.780	5.404	9.974	-976	8.998
NTN-B	15/08/2030	22.379	61.546	106.254	-4.086	102.167
Total		24.210	67.104	116.506	-5.082	111.423

Bradesco FI Multimercado FEB II CD - Plano Misto I						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	61	184	332	7	339
NTN-B	15/08/2050	1.005	3.030	5.472	111	5.583
NTN-B	15/08/2050	1.120	3.400	6.276	-54	6.222
NTN-B	15/08/2040	4.480	12.789	23.188	207	23.395
NTN-B	15/08/2030	6.056	16.655	28.753	-115	28.638
NTN-B	15/08/2030	7.030	19.334	33.378	-134	33.244
NTN-B	15/08/2040	8.779	25.061	45.438	406	45.844
Total		28.531	80.453	142.837	427	143.264

O ajuste de precificação não é objeto de registro contábil.

c) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos das aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, conforme a Instrução Previc nº31, de 20 de agosto de 2020, os Investimentos Imobiliários pertencentes aos Planos previdenciais não serão mais depreciados bens, e estão assim distribuídos:

Plano Básico	2022	2023
Alugueis e Rendas		
. Locados a Patrocinador	27.840	26.425
. Locados a Terceiros	14.810	14.880
. Alugueis a Receber	277	256
Rendas de Participações		
. Shopping Center	3.740	3.970
(-)Perdas Estimadas (aluguel Lojas Americanas)	0	(39)
Total de Investimentos Imobiliários	46.667	45.492

Em julho de 2023 foi alienado o imóvel de Santo Estevão conforme quadro abaixo:

imóvel de Santo Estevão	Valor contábil	Valor de venda	resultado
Imóveis	1.520	1.420	(100)

De acordo com a legislação vigente, em 2023, foram procedidas as reavaliações dos imóveis pertencentes à Carteira de Investimentos Imobiliários do Plano Básico e PGA, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP e Levita Almeida Construtora e Imobiliária Ltda. Demonstramos no quadro a seguir os efeitos das reavaliações:

Locados ao Patrocinador	Valor contábil		
	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Imóveis			
Barreiras	5.940	5.970	30
Campo Grande	5.370	5.400	30
Centro Empresarial Iguatemi	3.370	3.380	10
Juazeiro	5.200	5.215	15
Pituba	6.440	6.460	20
Subtotais	26.320	26.425	105

Locados a terceiros	Valor contábil		
Imóveis	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Barra	3.690	3.690	0
Centro Emp. Farol da Barra	2.510	2.530	20
Shopping Center Sumaré	1.570	1.580	10
Ed. Garagem Park Center	6.550	6.580	30
Loja Park Center	490	500	10
Subtotais	14.810	14.880	70

Participações	Valor contábil		
Imóveis	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Shopping Center Lapa	3.740	3.970	230
Subtotais	3.740	3.970	230

c) Recursos a Receber

Plano Básico	2022	2023
Precatórios – OFND's	10.779	11.346
Total de Recursos a Receber	10.779	11.346

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (PGA)

PERMANENTE (PGA)	2022	2023
Bens Móveis		
Móveis e Utensílios	31	11
Máquinas e Equipamentos	81	62
Equipamentos de Informática	34	31
Software	27	35
Sistema de Segurança/ Refrigeradores de Ar	3	2
Total de bens móveis	176	141
Bens Imóveis		
Imóvel de Uso Próprio	1.210	1.215
Total de bens imóveis	1.210	1.215
Total do Permanente	1.387	1.356

De acordo com a legislação vigente, em 2023, foi procedida a reavaliação do imóvel pertencente ao PGA, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. Demonstramos no quadro o efeito da reavaliação:

De uso próprio	Vida útil	Valor contábil		
Imóveis	Remanescente	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Ed. Serra da Raiz, 9º andar	35 anos	1.178	1.215	37
Subtotais		1.178	1.215	37

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

Planos	2022	2023
Plano Básico		
Benefícios a pagar	369	357
Retenções a recolher	221	243
Repasse para o PGA	101	82
Total do Plano Básico	691	682

Planos	2022	2023
Plano Misto		
Benefícios a pagar	1.468	1.445
Retenções a recolher	112	105
Repasse para o PGA	34	44
Total do Plano Misto	1.614	1.594
Total Exigível Operacional Gestão Previdencial	2.305	2.276

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2022	2023
Despesas de pessoal	763	796
Retenções a recolher	55	89
Fornecedor	61	43
Outros	35	15
Total do Exigível Operacional Gestão Administrativa	914	943

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

	2022	2023
Plano Básico		
Repasse para o PGA	27	22
Outras Exigibilidades	9	9
Total do Plano Básico	36	31
Plano Misto		
Repasse para o PGA	9	39
Total do Plano Misto	9	39
Total Exigível Operacional - Investimentos	45	70

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

	2022	2023
Plano Básico		
Provisão		
Benefícios previdenciários (a)	669	669
Expurgos Inflacionários (b)	556	556
Outros	174	174
Total do Plano Básico	1.399	1.399
Plano Misto		
Provisão		
Benefícios previdenciários (a)	63	63
Expurgos Inflacionários (b)	2.728	2.728
Total do Plano Misto	2.791	2.791
Total Exigível Contingencial da Gestão Previdencial	4.190	4.190

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentado na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

(a) Provisões benefícios previdenciários

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos, restituição de valores históricos descontados, expurgos inflacionários, etc. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes.

(b) Expurgos inflacionários

Ações movidas por ex-participantes pleiteando a diferença na atualização dos saldos das reservas de poupanças resgatadas, referentes aos planos econômicos, (Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991).

13. PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

13.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item “i”.

A Resolução CNPC nº30, de 10 de outubro de 2018, e a Resolução Previc nº23, de 14 de agosto de 2023, estabelecerão critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

Plano Básico	2022	2023
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	653.580	639.476
Benefícios a conceder	15.556	17.366
Total das Provisões Matemáticas	650.136	656.842
Superávit Técnico Acumulado	(23.033)	(20.565)
Reserva de Contingência	0	0
Superávit Técnico	0	0
Déficit Técnico	(23.033)	(20.565)
Fundos	81	150
Fundo de Investimentos	81	150
Total do Plano Básico	627.184	636.427

Plano Misto	2022	2023
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	262.219	264.500
Benefícios a conceder		
Contribuição Definida		
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	11.369	11.897
Saldo de contas - Parcela Participantes	47.843	50.862
Benefício Definido	30.128	34.124
Total das Provisões Matemáticas	351.559	361.383
Equilíbrio Técnico	(22.157)	(13.624)
Déficit Técnico Acumulado	(22.157)	(13.624)
Fundos		
Fundo de Investimentos	4.071	810
	4.071	810
Total do Plano Misto	333.473	348.569

Plano de Gestão Administrativa	2022	2023
Fundos		
Fundo Administrativo	12.379	10.323
Total do PGA	12.379	10.323
Total do Patrimônio Social	960.657	995.319

Abaixo descrevemos as premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de 2023 e 2022:

Plano Básico	2022	2023
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de juros anual	4,76%	4,76%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	0%	0%
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Crescimento Real do SRB	3,00%	3,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%	97,24%

Plano Misto	2022	2023
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de juros anual	4,09%	4,09%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%	97,24%

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% para o Plano Misto e 3,00% para o Plano Básico, sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras do Custeio Administrativo, adicionado ao rendimento dos recursos administrativos, deduzidas as despesas administrativas e constituição ou reversão das contingências administrativas.

14. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e instalações do seu imóvel sede por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- EVOLUÇÃO DO RESULTADO APURADO ENTRE 2022 E 2023 – PLANO BÁSICO

Referência	Valor
Déficit Técnico Acumulado do exercício de 2022 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2023 (*1)	R\$ (25.023.547,29)
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2023 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 2.813.284,30
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ 1.645.296,40
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2023	R\$ (20.564.966,59)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ (20.564.966,59)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (20.564.966,59)
b) Ajuste de Precificação	R\$ (5.082.309,50)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	R\$ (25.647.276,09)

(*1): R\$ 11.509.569,55 = R\$ 23.033.456,64 x 1,0864 (meta atuarial calculada tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, além de juros reais de 4,76% ao ano).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela Entidade para 31/12/2023 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2022 evoluído para 31/12/2023 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 0,25% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2023 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2023. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância desse impacto residual, está sendo designado como “Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas”, já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO APURADO ENTRE 2022 E 2023 – PLANO MISTO

Referência	Valor
Déficit Técnico Acumulado do exercício de 2022 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2023 (*1)	R\$ (23.918.439,45)
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2023 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 4.509.117,21
Ganho correspondente a recomposição de reservas no ano de 2023 por decisão judicial de majoração de benefícios ocorridas em exercícios anteriores	R\$ 4.378.708,67
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ 1.406.047,36
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2023	R\$ (13.624.566,21)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ (13.624.566,21)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (13.624.566,21)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 427.140,03
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	R\$ (13.197.426,18)

(*1): R\$ 11.509.569,55 = R\$ 22.156.961,05 x 1,0795 (meta atuarial calculada tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, além de juros reais de 4,76% ao ano).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela Entidade para 31/12/2023 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2022 evoluído para 31/12/2023 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 0,47% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2023 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2023. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância desse impacto residual, está sendo designado como “Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas”, já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

Desempenho dos Planos de benefícios administrados pela Bases e do PGA- Rentabilidade e resultado 2023

A distribuição consolidada e o valor total da carteira de ativos dos planos de benefícios da BASES que se encontra em R\$979.879.554,19, assim distribuídos: 93,41%, R\$915.308.148,50 em renda fixa; 4,58%, R\$44.870.000,00 em imóveis; e 2,01%, R\$19.701.405,69 em empréstimos.

Os investimentos do Plano Básico atingiram, em dezembro/2023, o valor de R\$625.265.019,92 assim distribuídos, 91,47% R\$571.932.724,39 em renda fixa; 7,18% R\$44.870.000,00 em imóveis; e 1,35% R\$8.462.295,53 em empréstimos. O plano se encontra totalmente enquadrado nas diretrizes da resolução 4.994 e na política de investimentos da BASES.

O Plano Básico alcançou em dezembro/2023, uma rentabilidade dos investimentos de 0,82% contra um INPC+4,76%a.a. de 0,94%, ficando 0,12% abaixo da meta. No ano 2023 a rentabilidade do Plano foi de 9,10%, contra uma meta atuarial de 8,64%, ficando o plano 0,42% acima da meta.

A carteira dos imóveis da BASES está avaliada em R\$46.490.000,00, três imóveis se encontram vagos, são eles: Centro Empresarial Farol da Barra, Loja Shopping Center Sumaré e Barra 54. Em julho/2023 foi vendido o imóvel Santo Estevão pelo valor de R\$1.420.000,00. O imóvel Campo Grande (Canela) foi entregue para locação ao grupo Oncoclínicas/CAM em setembro/2023. A Loja 2 Ed. Garagem foi locada em novembro/2023 para as Sras. Maria das Graças Sena Ferreira e Uiaci Amorim de Almeida para fins de Salão de Beleza. Na carteira está incluída a sede da BASES que se encontra no imobilizado do PGA.

No Plano Misto os investimentos atingiram o montante de R\$355.716.838,26, assim distribuídos, 96,86%, R\$344.542.009,49 em renda fixa e 3,14% R\$11.174.828,77 em empréstimos. O plano se encontra totalmente enquadrado nas diretrizes da resolução 4.994 e na política de investimentos da BASES.

Em relação à rentabilidade do Plano Misto nos investimentos, em dezembro/2023, ela foi de 0,81% contra um atuarial INPC+4,09%a.a. de 0,89%, ficando 0,08% abaixo da meta. No ano 2023, a rentabilidade do Plano foi de 10,02%, contra uma meta atuarial de 7,95%, ficando o plano 1,92% acima da meta.

Os investimentos do PGA Plano de Gestão Administrativa atingiram em 2023 o valor de R\$9.754.074,02, falou que os recursos estão aplicados no Fundo Bradesco Renda Fixa DI Federal Extra, 61,87% no valor de R\$6.035.113,27, enquanto 38,13%, R\$3.718.960,75, estão no Bradesco Fundo de Investimentos FI Referenciado DI Premium. Mostrou também que o PGA se encontra totalmente enquadrado nas diretrizes da resolução 4.994/2022 e na política de investimentos da BASES.

Para o PGA – Plano de Gestão Administrativa a rentabilidade dos investimentos no mês de dezembro/2023 foi de 0,90% contra um índice de referência CDI de 0,90%, atingindo a meta. **No ano 2023 a rentabilidade do PGA foi de 13,07%, contra um CDI de 13,05%**, ficando o plano 0,02% acima da meta.

A BASES, na aplicação dos recursos dos planos, observa os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Exerce suas atividades com boa fé, lealdade e diligência. Zela por elevados padrões éticos e adota práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos seus participantes. A estratégia adotada pela Fundação é acompanhada e reavaliada constantemente, possibilitando que os eventuais desvios sejam corrigidos e que as mudanças no ambiente econômico sejam refletidas na Política de Investimentos.

Todo esse acompanhamento reflete numa gestão transparente voltada ao objetivo primordial da BASES que é instituir e operar planos de benefícios previdenciários, destinados aos empregados, e seus beneficiários, dos Patrocinadores da Entidade, promovendo o bem-estar social dos seus destinatários. Superar as metas atuariais é condição primordial quando se fala em gestão de investimentos. Garantir um conforto financeiro aos seus participantes, tornou-se uma luta diária da BASES que vem desempenhando este papel de forma vitoriosa ao longo de sua história.

OFND – OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Em 28/03/2022 foi proferida a decisão judicial na qual foi homologado o acordo entre a União Federal e as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), representadas pela ABRAPP, no processo referente às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs).

As tratativas para a celebração do acordo foram conduzidas pela ABRAPP e posteriormente submetidas às EFPCs filiadas para deliberação em Assembleia. Em decorrência da homologação do acordo, a União Federal emitiu precatórios em favor da BASES com valor atualizado até dezembro de 2021 de R\$ 10.231 mil, que foram contabilizados integralmente no Plano Básico, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

A BASES, no final de 2023, iniciou o processo de levantamento da quantia a qual é credora, junto a qualquer agência da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil ou de qualquer outra instituição financeira oficial, nos termos do demonstrativo de pagamento do precatório extraído dos autos do Processo nº 5003214-13.2022.4.02.9388 (Processo originário nº 0145892-43.2015.4.02.5101/JFRJ), no valor de R\$ 11.371.912,35 (onze milhões, trezentos e setenta e um mil, novecentos e doze reais e trinta e cinco centavos) e seus devidos acréscimos legais, a ser debitada da conta nº 137008828, agência nº 4021, da Caixa Econômica Federal.

Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia – BANEBA, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador dos Planos de Benefícios da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo contra tal intenção.

Em 07 de julho de 2006 foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Multipensions Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa, reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, de nº 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

Em março de 2008, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

Em setembro de 2015, a PREVIC – Secretaria de Previdência Complementar, atendendo à solicitação do MultiPensions Bradesco, encaminhou à BASES o Ofício de nº 2395/CGTR/DITEC/PREVIC definindo que a Entidade procedesse, em 30 (trinta) dias, a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios, com a alegação de que não havia impedimento processual para o cumprimento das Portarias nº 1383/2007 e 1384/2007.

Ciente de estar amparada por argumentos que estão de acordo com a legislação, a BASES interpôs, no dia 24 de setembro de 2015, uma Cautelar Inominada no Tribunal Regional Federal – 1ª Região pedindo a anulação da determinação imposta pela PREVIC, de modo a salvaguardar os direitos da Entidade e de seus Participantes. O Desembargador deferiu a favor da BASES, determinando que aquele Órgão se abstenha de exigir da Fundação a transferência, para o MultiPensions Bradesco, do gerenciamento dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Paralelamente à Ação Cautelar, a BASES interpôs Recurso Administrativo junto à Superintendência de Previdência Complementar pedindo reconsideração da decisão contida no Ofício 2395/CGTR/DITEC/PREVIC. Em 7 de outubro de 2015, foi publicado no Diário da Justiça Federal, a decisão proferida pelo TRT 1ª Região, para que a PREVIC se abstenha de exigir da BASES a transferência dos planos para o Multipensions Bradesco.

O MultiPensions Bradesco ingressou, no dia 13 de outubro de 2015, com um Agravo Regimental, e a PREVIC interpôs Embargos de Declaração, no dia 16 de outubro de 2015, contestando a decisão do Desembargador. Ambos estão pendentes de julgamento.

A Entidade continua aguardando decisão referente à Ação Cautelar, que tramita na 7ª Vara Federal e em paralelo no TRF 1ª Região, ambas em grau de recurso.

Ingrid Cunha Lemos
Presidente
CPF- 083.542.657-22

Nelsiene Santos Sena
Diretora Administrativa Financeira
CPF- 814.753.655-00

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo
Contador-CRC/BA 11236/O-0
CPF- 178.290.895-15

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação BANEb de Seguridade Social – BASES
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação BANEb de Seguridade Social – BASES (“Entidade” ou “Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43) em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação BANEb de Seguridade Social – BASES e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2020 e deverá ser elaborado e divulgado até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao que se referir. O relatório deverá conter, entre outros assuntos, informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador – BA, 22 de março 2024.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – BA
Hugo Ferreira da Silva Junior
Contador – CRC-PE – 0011620/O – “S” – BA

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do Estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2024, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2023, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrac es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuário e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente   aprova o das Demonstrac es Contábeis da BASES relativas ao exercício de 2023.

Salvador (BA), 22 de março de 2024.

Adriana Alcântara Villas Boas
Presidente

Mineia Rubia dos Reis Xavier
Conselheiro

Paulo Sérgio Sampaio de Oliveira
Conselheiro

Manifesta o do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDA O BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribui es, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2024, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2023, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrac es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprova o do Relatório Anual e Presta o de Contas, contidos nas Demonstrac es Contábeis da BASES relativas ao exercício de 2023.

Salvador (BA), 22 de março de 2024.

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira
Presidente

Eduardo Rangel Gomes Silva Souza
Conselheiro

Odeval Fonseca Araújo
Conselheiro

Ana Paula Silva Araújo
Conselheira

Hilda Maria Ribeiro Chagas
Conselheiro

Roberto Mario Leony Ribeiro
Conselheiro



Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar,
Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador - BA

Seguridade

71 3319-6301

71 3319-6302

71 3319-6303

71 3319-6304

Empréstimo

71 3319-6310

71 3319-6313

Diretoria

71 3319-6300

www.facebook.com/fundacaobases

www.instagram.com/fundacaobases

www.bases.org.br